



Biblioteca Breve

SÉRIE PENSAMENTO E CIÊNCIA

A HISTORIOGRAFIA SOCIOLÓGICA
DE ANTÓNIO SÉRGIO

COMISSÃO CONSULTIVA

JACINTO DO PRADO COELHO
Prof. da Universidade de Lisboa

JOÃO DE FREITAS BRANCO
Historiador e crítico musical

JOSÉ-AUGUSTO FRANÇA
Prof. da Universidade Nova de Lisboa

JOSÉ BLANC DE PORTUGAL
Escritor e Cientista

DIRECTOR DA PUBLICAÇÃO
ÁLVARO SALEMA

VICTOR DE SÁ

A historiografia
sociológica
de António Sérgio



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

Título

A Historiografia Sociológica de António Sérgio

Biblioteca Breve / Volume 34

Instituto de Cultura Portuguesa
Secretaria de Estado da Cultura
Presidência do Conselho de Ministros

© *Instituto de Cultura Portuguesa*
Direitos de tradução, reprodução e adaptação
reservados para todos os países

1.ª edição — 1979

Composto e impresso
nas Oficinas Gráficas da Livraria Bertrand
Venda Nova - Amadora — Portugal
Maio de 1979

ÍNDICE

	Pág.
Das miragens da História à visão sociológica dos factos	6
Que nação somos, que poderemos ser, por onde vimos	14
Assalto à «Ilha da Purificação» (1913-14)	22
A nossa fatalidade é a nossa história (1915)	35
O problema básico da nacionalidade (1923)	50
As duas políticas nacionais (1924-1925)	66
Navegador do mar do futuro	81
Notas	96
Cronologia das obras historiográficas de António Sérgio	117

I / DAS MIRAGENS DA HISTÓRIA À VISÃO SOCIOLÓGICA DOS FACTOS

Depois dos primeiros rasgos de Oliveira Martins no século XIX, a perspectiva sociológica foi introduzida na historiografia portuguesa a partir da segunda década do nosso século. Coincide esta introdução com o período histórico da vigência da Primeira República, e não é de todo estranha a essa circunstância.

Contribuiu para isso, efectivamente, o movimento de renovação mental encetado por uma associação ou agrupamento de intelectuais republicanos e nacionalistas que se congregaram sob a designação significativa de «Renascença Portuguesa». Jaime Cortesão, sócio fundador, António Sérgio e Raul Proença imprimiram-lhe, em contraposição com outra corrente, a dos «saudosistas», uma feição progressista, racional, crítica e interventora.

Em 1912 apareceu na revista daquela agremiação, *A Águia*, um artigo de Cortesão, então professor liceal no Porto, sobre o ensino da História pátria. Nele sobrepunha os factores democráticos, a acção do povo na história, aos conceitos tradicionais assentes no

heroísmo individual e preconizava uma nova orientação para o ensino da disciplina: «Para que as escolas dêem à mocidade portuguesa o conhecimento mais completo da alma da sua Raça [sic] é antes de mais nada necessária uma nova orientação no ensino da História pátria, sob os diferentes aspectos, e tanto na escola primária como na secundária. Ensinar a História pátria segundo os factos mais notáveis do reinado de tal ou tal figurão é tudo quanto há de mais falso, pernicioso e bolorento.»¹

Logo no ano seguinte era Sérgio quem, então no Rio de Janeiro, lançava sobre a História portuguesa uma série de quesitos conducentes a iluminar, à luz nova da interpretação sociológica (e também económica, e também geográfica, e também cultural) múltiplos aspectos que permitissem responder sobre vários problemas inquietantes da sociedade portuguesa, nomeadamente o seu persistente bloqueamento e o isolamento de Portugal da Europa. Quais as causas históricas deste atrofiamento social e cultural?

Foi na via destas inquietações, e com vista à sua superação inovadora, que tanto Sérgio como Cortesão se viraram para os problemas da História.

Cortesão havia mesmo de fixar mais tarde a sua vocação de historiador, sobretudo a partir de 1922, no sentido de uma profunda e renovadora investigação, quer no que respeita aos factores e circunstâncias dos Descobrimientos Portugueses, quer na busca das raízes democráticas na formação de Portugal. Com uma visão totalizante da História («compreender a totalidade da nossa História»), defendia que a «história social domina hoje toda a História», e, conseqüentemente, «caminhando a par com a geografia humana e a sociologia, sem se confundir com elas, assenta de um

lado sobre o económico, e, do outro, sobre as variações e as modalidades da distribuição do povoamento humano»². Esta absorção de diferentes disciplinas era o resultado do despertar das ciências sociais, que em Portugal se afirmara desde fins do século passado. A pluridisciplinaridade entrava assim na historiografia portuguesa do século XX pelas mãos de Cortesão e Sérgio.

Se Cortesão se elevou a uma posição cimeira (e pioneira) de historiador, Sérgio, por sua vez, não foi, não quis ser, um historiador no sentido estrito do termo, um erudito da História. Ele próprio o afirmava (em 1925): «...a minha pessoa, que não tem pretensões a historiador»³ ou (em 1932): «Não sou erudito nem pretendo sê-lo»; «o que me interessa não é a História, mas somente a mentalidade com que nós a abordamos: por isso, e só por isso, tenho eu escrito sobre os temas da História.»⁴

A interpretação histórica interessava-lhe, porém, por dois aspectos para ele fundamentais. Por um lado, pelo que ela representa de exigência crítica, a interpretação sendo uma questão essencialmente de coerência do pensamento⁵. Por outro lado, do ponto de vista social, pelo que ela implica no comportamento. Já em 1920 havia dito: «Águas passadas não movem moinhos; move o moinho, porém, a atitude do presente perante elas, e por isso esta, e só esta, tenho eu por alvo na minha crítica.»⁶ E em 1932: «A História, ao cabo de contas, serve sobretudo para nos libertarmos dela.»⁷ Explicará noutra altura (1941) o intento prático e pedagógico com que encarou os problemas da História nacional: «Tomou-a como um meio dos mais adequados para nos familiarizarmos com os casos da nação *presente*, com as

necessidades e os problemas de Portugal *de agora*. Penso no *agora* — e na tua acção. O deixarmos aos mortos o enterrar os seus mortos e o seguirmos “avante para além dos túmulos” (como aconselhava um Goethe) é hoje mais necessário do que nunca o foi.»⁸

Foi a atitude do pedagogo, de que se reclamou toda a vida, que lhe solicitou a indagação da História. Escrevia em 1932: «Pouco me interessaria a atitude de espírito com que um povo considera a sua própria História, se ela não influísse na atitude de espírito com que se ele orienta no seu viver presente. Mas influi.» Isto porque «quem vê com *miragens* o seu passado constrói com *miragens* o seu futuro»⁹ E em 1959 esclarecia mais uma vez: «O meu objectivo não é propriamente o de *informar* sobre a História, mas o de *formar* o espírito da gente moça para uma visão filosófica e sociológica dos factos, como preparação para a obra da elevação do Povo, que lhe cumpre agora empreender.»¹⁰

Para que a História pudesse responder esclarecedoramente aos problemas que lhe eram postos em busca do porvir, os próprios métodos de a escrever tinham de ser repensados e substituídos, em função de problemáticas novas. Este foi o grande papel de Sérgio, a sua contribuição para revolucionar a historiografia portuguesa. Disse-o em 1949: «Os caminhos da renovação que em nossa História iniciei consistiram muito menos nas interpretações alvitadas, e nos trabalhos de análise com que pretendi aboná-las, do que na própria circunstância de querer interpretar e entender, do que na nova mentalidade com que encarava as coisas, do que na perspectiva sociológica em que colocava os factos, do que na introdução da problemática onde se encontrava relatos, onde só havia

aceitação das interpretações dos cronistas. Foi assim que Aljubarrota e a conquista de Ceuta, foi assim que as navegações, foi assim que as conquistas se tornaram problemas sociais-económicos, em vez de narrativas de aventureirismo céltico.»¹¹

Neste breve trabalho sobre a historiografia sociológica de Sérgio vamos tentar apresentar a génese e os condicionalismos determinantes da sua interpretação da História de Portugal, que foi o tema predominante, no todo ou parcialmente, das suas reflexões com expressão historiográfica.

Trata-se de um longo processo interpretativo iniciado em 1913, que teve o seu período mais vigoroso nos primeiros anos de 1920 e culminou em 1929, já no exílio, com a publicação em Espanha — e impedimento de circulação no nosso país — da sua *História de Portugal*. Só depois da morte do Autor (1969) é que, em 1972 — isto é, passados 43 anos, uma vida! —, aparece a primeira edição portuguesa, agora sob o título de *Breve Interpretação da História de Portugal*. Significativo é que, desde então, a obra se tenha esgotado sucessivamente, atingindo sete reedições em sete anos, o que se traduz na média de uma edição por ano. A avidez com que as novas gerações têm acolhido esta obra, que se pode considerar afinal como sendo a mensagem póstuma de Sérgio, dá-nos a medida, pelo seu significado negativo inverso, do que representou o crime cultural que privou as gerações anteriores das reflexões que aquela interpretação sugere. Foi essa uma forma de nos alienar, aos Portugueses, da nossa consciência nacional, e de facilitar a submissão do ensino da História pátria (afinal o inverso do que havia preconizado Cortesão) às conveniências da ideologia fascista então dominante.

No entanto, Sérgio não foi apenas um crítico e um problematizador. Foi também — para muitos — um satírico do academismo, do dogmatismo e do especialismo infecundo. Ao discutir a tese de um professor que o impugnara no final da década de 1920, agregou o seguinte comentário: «A tese a que aqui se responde não mereceria discussão se ela não fosse um documento típico sobre a nossa realidade universitária. De facto, o autor, graças a ela, foi admitido no corpo docente da Faculdade de Letras»...¹² Ou então, a propósito da importância da «fantasia» na busca de hipóteses científicas, escandaliza os formalistas com estas pouco graves comparações:

«Pela leitura, acaso, de bons romances policiais, deveria começar a educação científica de toda a espécie de investigadores; nesse campo, dou mais pela análise de certo conto de Poë que por todo o ensino pedantesco e grave de certos pedantíssimos universitários.»¹³ E aos positivistas que lhe dissessem que a demonstração de uma hipótese histórica residia no testemunho de um documento e só nele, respondia, esclarecendo: «Isso, em primeiro lugar, é uma noção *não crítica* do testemunho histórico. A primeira operação do erudito *crítico* não é a de *dar fé* ao documento que lê: é a de *criticar* o testemunho dele. O testemunho histórico não é um Deus: quem escreveu o testemunho foi um homem falível, como outro qualquer — sobretudo o autor do testemunho directo. *Não crítico*, por exemplo, é o autor da tese em que sou impugnado.»¹⁴

Em 1928, exilado já em Paris, repetia ainda: «Está aí — na estupidez — o escolho primário e omnipresente para uma verdadeira reforma da nossa grei. A estupidez

“absorve-nos, suga-nos, arruína-nos, mata-nos” como clamava Gusmão da “fradaria”.»¹⁵

Numa conferência de 1926 pronunciada em Coimbra proclamou com ênfase: «A cultura autêntica, a cultura crítica não impera ainda em Portugal. Somos o “Reino Cadaveroso”; somos o “Reino da Estupidez”.» E repetiu: «Portugal, por enquanto, é ainda o Reino da Estupidez.»¹⁶

Enfim, talvez por essas e outras manifestações da sua veia polémico-satírica, Sérgio continua hoje — dez anos depois de enterrado, cinco anos após a extinção da Censura — a ser o grande ausente das nossas escolas. O seu nome serve por vezes para rótulos, para etiquetas, mas a sagacidade crítica do seu espírito continua alheia, estranha ao pensamento oficial neste Portugal que se pretende democrático.

António Sérgio, o grande Mestre (que devia ser), mantém-se afinal o grande Exilado (que é ainda) da inteligência portuguesa. E, no entanto, é pelo ensino de Sérgio que melhor podemos compreender o grande significado histórico da nossa Revolução. Ele que já não a viveu, mas que a havia perscrutado nas linhas profundas, estruturais, que condicionaram a evolução histórica da sociedade portuguesa.

Em 1923 já ele reconhecia que o maior acto revolucionário da nossa História tinha sido... a independência do Brasil — afinal, o início da nossa descolonização. Porque, dizia ele, «ou voltava o Brasil a ser colónia, ou havia de se modificar a estrutura da nação»¹⁷. É esta modificação fatal da estrutura da nação que até hoje, cinco anos volvidos sobre a descolonização africana, ainda não compreenderam as *élites* pensantes e políticas da nação portuguesa.

Ensinou-nos Sérgio o que os estudantes das nossas escolas ainda hoje não estudam, porque a maioria dos seus professores também não aprenderam: que não sendo mais Portugal um país colonialista, isto é, suprimidos os alicerces do sistema parasitário, a metrópole careceu de um abalo. «Ou voltava o Brasil a ser colónia, ou havia de se modificar a estrutura da nação.»

(Que teremos nós feito de Sérgio? Será que também nós, depois do 25 de Abril, o enterramos nas tumbas do silêncio em que Salazar sempre o quis encerrado? Será que nos esquecemos dos nossos Mestres, para só termos olhos e ouvidos atentos à barafunda dos confucionistas, dos mortos que ainda não enterraram os seus mortos?)

E, em 1924, completava a sua perscrutação histórica fazendo sobrelevar a corrente criticista que, desde o século XVII (*Antologia dos Economistas Portugueses*), reclamava a Reforma Agrária. Uma impossível Reforma Agrária até ao tempo de Sérgio, que sempre esbarrou no obstáculo da exploração colonial — a exploração que fazia gorar todo o esforço reformador no nosso país durante séculos adiado.

Que diria ele agora da revolução inevitável que a descolonização no nosso tempo impõe às estruturas materiais e mentais da nação portuguesa, do Portugal libertado?

Para Sérgio, se nos dão licença, alguns momentos de reflexão...

II / QUE NAÇÃO SOMOS, QUE PODEREMOS SER, POR ONDE VIMOS?

Pode dizer-se de António Sérgio, filho e neto de marinheiros e governadores coloniais ¹⁸, que foi uma voz da má consciência do colonialismo português. Nascido no Estado da Índia (Damão, 3-XI-1883), quando seu pai ocupava aí o lugar de governador do distrito, ele próprio começou por ser destinado também à carreira tradicional dos vice-almirantes da família. Fez para isso a instrução secundária no Colégio Militar e foi, depois, estudante na Escola Politécnica como preparação para a Escola Naval, que lhe ministrou uma boa formação matemática. Chegou mesmo a estagiar em Macau e Cabo Verde.

Mas outras preocupações avassalavam já o seu espírito, fortemente impressionado pelas leituras, que desde cedo fez, das obras de Antero de Quental. De 1901-1903 data a primeira formulação das *Notas sobre os «Sonetos»* e as *«Tendências Gerais da Filosofia»* que, revistas e editadas em 1909, terão constituído material para um

concurso à cadeira da Filosofia na Faculdade de Letras de Lisboa, em 1912¹⁹. Entretanto, também um volume de *Rimas*, publicado em 1908, marca a sua vocação, não propriamente para a poesia, a cujo género não voltará senão esporadicamente, mas para a reflexão filosófica²⁰. E em 1910 há notícia, ainda em meses de Monarquia, de ter participado na fundação, a 15 de Janeiro, da Sociedade de Estudos Pedagógicos, de que fizeram também parte Tomás da Fonseca, João de Barros, etc.²¹ — projecto, portanto, de uma plêiade de jovens pedagogos empenhados, como a vida e obra de cada um deles acabou por comprovar, na reorganização da mentalidade nacional.

Era o nosso visconde Sérgio de Sousa, título e nome que aliás nunca usou, segundo-tenente da Marinha de Guerra quando a proclamação da República (5-X-1910) lhe deu enfim pretexto para trocar a carreira a que o predestinara a família e escolher livremente a de intelectual, em que tomou por «escopo a cultura do povo português»²². E, logo em 1911, o seu nome aparece a encabeçar, como director, uma revista mensal ilustrada: *Serões*²³.

De ascendência e formação monárquicas demitiu-se de oficial da Marinha, porque não quis servir nas forças armadas da República. Foi um acto de consciência formal, que não invalidou a sua consciência de cidadão português e de intelectual convicto dos seus deveres de cidadania. Pôde por isso prestar ao seu país — e à própria República — o mais prodigioso serviço: criticando as instituições, procurar nos baixios mais profundos da História nacional a razão daquilo que, no tempo dele, era tema de reflexões literárias: as causas do que se chamava a nossa «decadência».

Meio século decorrido, mais precisamente em 1959, relembra o objectivo pragmático, reformador, de uma das constantes do seu labor intelectual, os estudos da interpretação histórica que aqui nos interessam: «O meu objectivo não é propriamente o de *informar* sobre a História mas o de *formar* o espírito da gente moça para uma visão filosófica e sociológica dos factos, como preparação para a obra da elevação do Povo, que lhe cumpre agora empreender.»²⁴

A interpretação da História pátria constituiu, efectivamente, para Sérgio um postulado necessário, um suporte dos seus planos de reforma:

«Com que espírito deveremos nós — os portugueses da minha idade e os mais moços que os da minha idade — considerar a nação de que somos parte e os grandes factores do seu destino? Que somos, que poderemos ser e por onde vimos? Que nos falta, que sabemos e que faremos? Que exemplo nos dão os nossos avós, que nos ensinaram os nossos mestres, e que atitude nos convém tomar para com o vezo mental em que nos educaram?»²⁵

Estas perguntas inquietas e dramáticas fazia-as Sérgio em 1920, aos 37 anos de idade, no auge de uma juventude que fora, a um tempo, operosa, rebelde e indagadora.

Que nação somos, que poderemos ser e por onde vimos?

Estas perguntas, que lança ao apresentar o primeiro volume dos *Ensaíos*, constituem de certo modo o escopo de toda a sua actividade intelectual.

Ao longo de uma vida de torturado e incompreendido — «a incompreensão tem sido sempre o meu fado», 1949²⁶ — quatro foram os escopos, os

«modestos incitamentos» (como diz noutra passagem, já em 1955) para as «revoluções culturais ou culturais-sociais em que se empenhou:

- a económica, «pelo cooperativismo»;
- a filosófica, «pela reflexão problemática a partir da ciência»;
- a historiográfica, «pela introdução da problemática sociológica na maneira de escrever a nossa História»;
- a pedagógica, «na escola geral, pela instrução activa e de teor problemático, pela escola do trabalho e pelo *self-government* escolar»²⁷.

Difícil é separar em Sérgio os quatro escopos, de tal modo eles se interligam e completam constituindo a unidade forte do seu pensamento, este mesmo indissociável do seu pendor dialéctico para o intervencionismo, a polémica, a ideia feita acção²⁸.

Mas, neste opúsculo, vamos tentar, sem nos esquecermos de que o seu pensamento e a sua obra não se esgotam aí, detectar as ideias mestras das suas concepções da historiografia sociológica, que ele utiliza como meio de contribuir para diagnosticar e combater «os vícios históricos da sociedade» portuguesa²⁹. Pensamento dialéctico e intervencionista que é (e que o não fosse), é em consonância com o meio e com a época em que viveu que se encontram os parâmetros que o enformaram, o provocaram, o condicionaram.

Ora ele queixa-se (em 1949) do que foi «esse mar tenebroso por onde vagueou aos vinte anos», isto é, no final da Monarquia, no princípio do século, no tempo da propaganda e da proclamação da República: «Lúgubre,

sem hábitos, cheio de cerrações, hostilíssimo. Ali, que vastidões de amargor, que solidões tão sombrias! E depois, por aí fora, quantos embates com a estolidez dos retóricos! Quantos com os charlatães, com os petulantes — quantos! E com a incompreensão dos facciosos, e com a dura estreiteza dos dogmáticos!»³⁰

A que atribuía Sérgio esse mar tenebroso por onde vagueou, lúgubre, sem hábitos, cheio de cerrações, hostilíssimo?

Naquela época, aos seguintes factores essencialmente:

- por um lado, como explicará em 1920, ao «nosso Terceiro Romantismo» — «este romantismo nacionalista que se formara nas nossas letras com a geração de 1890», cujos escritores influentes (Oliveira Martins, Eça, Guilherme Braga, Guerra Junqueiro, Ramalho, Teófilo, Gomes Leal e alguns mais, a «Companhia dos bota-abaixo» como lhes chamou Ramalho em 1883) foram um tóxico perfeito pela acção descoordenadora, pelo prestígio desnorteante sobre as almas da nossa terra»³¹, do que resultou ter-se criado «um florido de mitos em que se dissolveu o espírito público, não só sobre os aspectos da nossa vida e sobre as realidades contemporâneas, mas até sobre o génio do Português e as altas façanhas da sua história»³²;
- por outro lado, como explicará em 1949, aos «bons cidadãos jacobinos a quem sempre inspirei uma grande apreensão desconfiada», pois «tinha-os eu no conceito de conservadores,

ou retrógrados, por descurem os problemas de natureza económica, que sempre considerei basilares»³³.

Já em 1920 tinha escrito: «Tanto o Insurreccionismo de 71, o «insurreccionismo sem revolução» da geração de 1871, como o Nacionalismo que lhe sucedeu, demandavam dos jovens de 1910 um balanço crítico de clarificação — esforço coordenador, de aprofundamento, que transformasse o «amor das nossas coisas» numa compreensão dos problemas pátrios e donde saísse «um sólido corpo de pensamentos construtivos, elaborados por intelectuais com clara intuição da realidade económica, atentos às necessidades e aspirações das classes trabalhadoras de Portugal»³⁴.

Foi esta a situação mental que encontrou o jovem Sérgio, que encontraram «os Lusos de trinta anos»³⁵, «a geração que nasceu por volta de 85, aparecendo na rua com os seus escritos pelos anos próximos de 1910»³⁶.

Perante este estado de «preguiça mental», que procura «uma palavrinha mágica que tenha a virtude de solucionar tudo»³⁷, fosse essa palavra República ou Nacionalismo, Sérgio viu-se só e isolado: «Eu ficara-me (ai de mim!) numa trave incómoda em cima do curro, incompatível ao mesmo tempo com as duas hostes da mocidade — contrário a ideias de cada uma delas e também a tendências que lhes eram comuns. Democrata, mas antijacobino; anticlericalista, mas respeitador do Catolicismo; partidário da instrução democrática mas inimigo (e por isso mesmo) da mera superstição do *abc*.»³⁵

Sérgio não deixará jamais de acusar a República por não ter empreendido a grande batalha das reformas básicas.

Em 1920: «Para os verdadeiros problemas ninguém olhou; nos alicerces da Democracia não pensou ninguém. Os poucos partidários da cultura séria foram logo atirados pela borda fora.»³⁸ «Não se falou nem se quis ouvir, dos velhos métodos do trabalho, do regime da produção, do arranjo agrário; do oligarquismo agrícola, comerciante, banqueiro, industrial; do autofagismo aduaneiro e da injustiça na tributação; do bárbaro comércio, com o primitivo das suas práticas; da pré-histórica agricultura, com a exiguidade do seu rendimento; do magro sistema creditário, assassino da iniciativa; da instrução desvalorizadora e do recrutamento do professorado; da Educação, enfim, e das débeis condições de produtividade, causas reais do banditismo político pela disputa ávida do empreguinto público. Nada realizaram, também, para a reforma da cultura (de que noutras nações que se regeneravam se viam processos exemplares) nem para que se explorassem as riquezas que jaziam inexploradas; o problema, dissera Junqueiro, de si mesmo se resolvia logo, resignando-se a jejuns eternos uma gentalha já faminta.»³⁷

Em 1949: «As reformas económicas, as de educação social (por cooperativas de trabalho, por *self-government*, etc.) afiguravam-se-me as bases da reformação política; e neguei-me a acreditar que o que realmente se impunha, para arrancarmos o nosso povo à situação de miséria, fosse o ataque jacobino à religião católica e a substituição do monarca por um presidente eleito.» Nada nos republicanos me estarrecia tanto como o

dizerem que a separação das Igrejas e do Estado era a base essencial da revolução portuguesa, o substancial da República.»³⁹ «Os coriféus da República não davam tino da importância do condicionamento económico, e não queriam perceber que sem remodelações económicas não existe realmente revolução autêntica.»⁴⁰

Assim, para Sérgio era-lhe «de todo impossível o acamaradar com eles (“os amigos do velho arraial jacobino”) numa casta de procedimento que me pareceu aérea: revolucionária em palavras, conservadora em actos». Tanto mais que, «ao parecer, a propaganda republicana e a instauração da República traduziram-se talvez por certa pausa ou desvio no movimento para a democracia social entre nós»⁴⁰.

Importante esta passagem, embora Sérgio a não explicitar. A verdade é que hoje, à medida que se vai aprofundando a história do movimento operário ou da questão social entre nós, se tem vindo a tornar cada vez mais nítido que a instauração da República, a despeito do que significou de positivo na evolução política do país, representou em grande parte um desvio à questão social, ainda que tenha acabado, por isso mesmo, por agudizar a luta de classes entre nós.

Foi numa tal conjuntura que Sérgio se lançou, desde 1913, à tarefa de indagar as raízes dos vícios históricos da sociedade portuguesa. Cooperava dessa forma na campanha que por essa mesma altura, a três anos da República, começou a tomar expressão por falta de um plano de reformas, de que foi mentor Ezequiel de Campos (*A Conservação da Riqueza Nacional*, Porto, 1913).

III / ASSALTO À ILHA DA PURIFICAÇÃO (1913-1914)

É depois de um falhado concurso à Faculdade de Letras de Lisboa em 1912 ⁴¹, que se inicia o período de explanação do pensamento reformador de António Sérgio, integrado ainda, mas já a caminho da ruptura, no movimento intelectual sediado no Porto sob a designação de «Renascença Portuguesa». É o período, também, das suas peregrinações, já não porém pelo mundo das colónias portuguesas por onde se iniciara a sua vida, mas pelos centros da cultura da Europa e da América. Durante dez anos, após ter abandonado a Marinha, passou a viver ora em Lisboa, ora em Londres, ora no Brasil, ao serviço de uma grande casa editora norte-americana.

No Rio de Janeiro, exactamente, é que Sérgio lança, em Julho de 1913, o que pode designar-se o seu manifesto em prol de uma reforma da sociedade portuguesa ou da mentalidade dominante. Trata-se de uma conferência no concerto que iam realizar, a favor da «Renascença Portuguesa», os consócios Inocência

Caldeira e Américo Ângelo. Como a «Renascença» era desconhecida dos ouvintes, foi Sérgio encarregado de explicar o objectivo com que a sociedade fora fundada, justificando desse modo o destino que seria dado às contribuições do auditório. «Fundamos a *Renascença* na convicção, mais ou menos consciente, de que a Pátria demanda uma revolução *constructiva*; e de que a maneira mais eficaz de a tentar não são os processos vulgares da política, mas sim uma larga acção educadora.»⁴²

Foi portanto no âmbito dos objectivos daquela «irmandade espiritual que se propõe acordar um povo pela acção moral e educativa»⁴³, que Sérgio lançou o seu manifesto sob forma de conferência, editada no ano seguinte no Porto pela própria sociedade da «Renascença Portuguesa» com o título de *O Problema da Cultura e o Isolamento dos Povos Peninsulares*. É uma reflexão que marca a mudança das problemáticas literárias e filosóficas para as predominantemente históricas, económicas e pedagógicas, com vista a alcançar, vencendo os meios tradicionais meramente políticos e demagógicos, uma reformação da sociedade portuguesa.

O manifesto de Sérgio aclara ao mesmo tempo o objectivo «mais ou menos consciente» com que havia sido fundada em 1911 a agremiação «Renascença Portuguesa», acentuando por sua vez a divergência manifestada desde o início⁴⁴ entre a linha reformadora (inovadora, não poética) personalizada, além de Sérgio, por Jaime Cortesão e Raul Proença e a linha tradicionalista dos *saudosistas*, de que Teixeira de Pascoais, director de *A Águia*, órgão da Renascença, era o arauto intelectual. «No nosso instituto, por enquanto, os poetas predominam, e na verdade distintíssimos poetas. Só eles lhe poderiam ter lançado os generosos

alicerces, mas só a afluência e o concurso de trabalhadores de toda a espécie poderá desenvolver praticamente o seu desejo inicial; trazê-lo ao domínio da realidade, e granjear a colaboração da nossa Pátria na civilização da velha Europa, transplantada hoje para todo o mundo.»⁴⁵

Pela leitura da conferência de 1913 vê-se que não estão ainda suficientemente aclarados os meios que Sérgio irá preconizar para a reforma da sociedade portuguesa. Propunha-se falar essencialmente dos aspectos culturais (o isolamento). Mas, na abordagem das causas do bloqueio, caiu inevitavelmente no tema que vinha preocupando sucessivas gerações de Portugueses desde meados do século XIX, e que tivera a sua mais alta expressão, depois de Herculano, na conferência de Antero sobre as *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*.

Por aí chegou, fortemente apoiado em autores espanhóis, economistas e críticos sociais ou moralistas, especialmente do século XVI e XVII⁴⁶, às razões políticas, económicas e sociais, que haveriam de fixar a sua vocação sociológica na interpretação da História de Portugal.

Nesta conferência, Sérgio não refere ainda dois autores portugueses que virão completar as fontes do seu pensamento reformador: Oliveira Martins e Adolfo Coelho. Mas enuncia já o esboço de uma interpretação sociológica da História de Portugal, que mais tarde desenvolverá em obras sucessivas como suporte da sua teoria das duas políticas nacionais, a de fixação (investimento, trabalho) e a de transporte (comércio,

colonialismo). A sua interpretação insere-a no que ele chama «uma pequena campanha pela cultura cosmopolita (uma cultura não literária, não propriamente científica, mas económico-social), pela educação dinâmica e pela revolução construtiva sobre a base do trabalho e da organização social do trabalho»⁴⁷.

Filiando-se na linha de Verney, Herculano e Antero, que Sérgio considera «os três grandes paladinos da cultura europeia em Portugal»⁴⁸, evita porém seguir o discurso daquele último nas Conferências Democráticas de 1871 (vulgo Conferências do Casino), embora termine com uma longa transcrição dele. Mas adverte: «Não creio que a estrutura lógica desse discurso corresponda precisamente à realidade dos factos históricos. Por outro lado, seríamos contrários às próprias convicções do orador, se pretendêssemos repetir em 913 um projecto político de 71. Mas as ideias educativas do seu discurso são ainda hoje reeditáveis.»⁴⁹

Assim, enquanto Antero filia em três factores as causas da decadência — moral (concílio de Trento), político (absolutismo) e económico (conquistas longínquas) — Sérgio põe aqui o acento apenas em duas: o parasitarismo (colonialismo) e a perseguição do pensamento livre (Inquisição): «Na qualidade de saqueadora da riqueza do judeu, a Inquisição foi um órgão parasitário; na de perseguidora dessa raça e de todo o pensamento livre, um instrumento *purificador*: participava das duas causas da decadência peninsular.»⁵⁰

Na realidade, é o problema da decadência que inspira as reflexões de Sérgio. E é na análise das suas causas que logo salienta dois factos:

- 1) a «educação guerreira» ou «por outras palavras a falta de actividade produtora (agricultura, fabricação)»; e
- 2) a «purificação», o «isolamento sistemático»⁵¹.

No manifesto de 1913, não é ainda do primeiro facto, que aliás «permitiu a existência do segundo»⁵², que Sérgio pretende ocupar-se (di-lo expressamente). Mesmo assim, transparecem já, ainda que vagamente expressas, algumas das ideias que irão constituir traves mestras da sua interpretação sociológica da História de Portugal. Vamos destacá-las aqui sob a forma sintética de proposições (a proposição como forma verbal de um juízo), ainda que Sérgio, no seu discurso, não as tenha formulado nesses precisos termos (por isso juntaremos o respectivo texto original) e numeraremos segundo a ordem cronológica em que vão surgindo.

Assim encontramos as primeiras proposições desde 1913:

1. *Degenerámos por nos termos isolado da Europa, postergando o trabalho e o saber pela conquista e pela aventura: «Degenerámos precisamente por descumprirmos essa lei, postergando o trabalho normal da indústria e do saber pela exploração conquistadora e a aventura, ao mesmo tempo que nos isolámos da Europa, após a época fulgurante — e europeia — dos descobridores e humanistas.»*⁵¹

2. *A estrutura social guerreira impediu a criação de uma burguesia afanosa e representou uma força de inércia: «A orientação exclusivamente guerreira foi causa de que as nossas conquistas não produzissem uma burguesia rica e*

afanosa [...] mas uma fidalguia corrompida e um populacho de mendigos; e uma vez bem definida a estrutura social a que nos levou, ei-la representando uma força de inércia persistente e multiforme.»⁵²

3. *O domínio serôdio da Cavalaria foi a causa da educação guerreira em vez do trabalho criador:* «O regime da educação guerreira foi originado pela invasão árabe, e consistiu no domínio serôdio da Cavalaria, esse feudalismo militar que foi uma insalubre exalação do feudalismo agrícola decomposto; consistiu no facto de Portugueses e Castelhanos terem vivido, não propriamente dum trabalho criador, mas da energia caçadora e aventureira: — donde o atraso dos peninsulares nas funções normais da indústria, e agricultura, com a formação de um temperamento em que as faculdades românticas da paixão e da fantasia, da impulsividade e da retórica, preponderam enormemente sobre a vontade e a razão.»⁵³

4. *A corrupção é inerente ao sistema das conquistas:* «A guerra pode ser um auxiliar da nossa indústria⁵⁴, mas jamais a indústria única, substituindo todas as outras, sem que o corpo social venha a sofrer as consequências que nós hoje padecemos.» Depois de conquistar o mundo, o Espanhol [o ibérico] caiu exausto «não da enormidade do seu esforço, mas da própria corrupção inerente a tal sistema»⁵⁵.

5. *A Expansão foi uma persistência da caça secular iniciada com a Reconquista:* «Depois que o *mouro*, rechaçado e expulso, se acolheu à África, vemos formar-se em Portugal, sistemática e persistentemente, o plano de

continuar para além da Europa aquela caça secular que se iniciara em Covadonga.»⁵⁶

6. *O século XV foi o «período soberbo» de Portugal, estando este ligado à vida intelectual de toda a Europa:* Depois da conquista de Ceuta, «o Infante não mais desgarra do programa nacional, preparando-se metodicamente, coligindo todos os dados, todas as fontes de informação que lhe podia o Universo fornecer». Começava o período soberbo em que Portugal não só se cercou de gentes de diversas nações, mas percorreu todas as nações e avidamente se misturou à vida intelectual de toda a Europa⁵⁶. «O pequeníssimo Portugal não somente avassalava os mundos novos: por toda a parte, no velho mundo, os nossos políticos são mestres venerados e discípulos entusiastas das universidades europeias.»⁵⁷

O manifesto de Sérgio, consubstanciado nesta conferência sobre *O Problema da Cultura*, é assim, ao mesmo tempo que um primeiro ensaio de interpretação sociológica da História nacional, uma tentativa programática, um enunciado de reformas pedagógicas e económico-sociais a introduzir no país.

Depois de ter apontado o colonialismo (as conquistas) como causa da decadência portuguesa, pergunta-se sobre se a regeneração não é possível. Recusa, como Adolfo Coelho também recusou, o pessimismo nacionalista. Por isso responde de imediato: «É, se tomarmos o exemplo de alguns estranhos — e para isso vencermos o Isolamento.»⁵⁸ Este é, por agora, o seu objectivo, verdadeiramente o tema da sua conferência. Reagir, enfim, ao nacionalismo estreito, ao

tradicionalismo estéril em que estavam a cair muitos dos seus companheiros do grupo da «Renascença Portuguesa». «A tradição da cultura não cabe nos limites de nenhum povo, mas é a da cultura universal», lembrará em determinado ponto da conferência ⁵⁹.

Mas não era só contra os tradicionalistas que reagia, era também contra os jacobinos republicanos. E por isso adverte, quanto ao isolamento sistemático ou «mania purificadora», que assumiu formas não apenas eclesiásticas, como habitualmente se salientava, mas ainda «seculares e até poéticas» ⁵².

A época fulgurante dos descobridores e humanistas do Portugal renascentista é pelo contrário apresentado como paradigma: «Grandes seríamos hoje se colaborássemos com a Europa como o Portugal do Renascimento!» ⁶⁰

Porém, em meados do século XVI, «Rei, Inquisição e Jesuítas, numa fúria “purificadora” e diabólica — estalam, arrancam e arrojam aos quatro ventos a pobre árvore humanista e europeia» ⁶¹. Depois dos Gil Vicente, Gouveias, Sá de Miranda, André de Resende, Damião de Góis, Pedro Nunes, Diogo de Teive, passou (1555) a ser a vez dos «jesuítas vitoriosos»:

7. Três séculos de isolamento pela Inquisição reduzem a Península a uma «Ilha de Purificação»: «O sistema isolador montava já o cadafalso onde iria desenrolar-se uma tragédia de três séculos; durante três séculos o génio europeu será na Ibéria constantemente vencido: primeiro pela tirania multiforme, e depois pelos males hereditários. Separada da Europa, iluminando a sua noite com fogueiras homicidas, a Península doravante — é a Ilha da Purificação.» ⁶²

De salientar que, conquanto a Inquisição seja, como fora para Herculano e Antero, um dos factores da decadência, além do colonialismo, em Sérgio não emana o terceiro factor, o absolutismo, enunciado no conceito anterior das *Causas da decadência dos povos peninsulares*. Sérgio não era um liberal na acepção política do termo, era sim um elitista. A reforma a empreender seria obra de uns tantos espíritos esclarecidos, que muito bem poderiam exprimir-se — pensava ele então — à sombra protectora de um autocrata. Essa convicção o atrairá à influência de Oliveira Martins e do seu programa doutrinário expresso no projecto cesarista da *Vida Nova* (com o rei Luís como protector), como à adesão política, apenas quatro anos mais tarde, à ditadura de Sidónio Pais. Só depois do golpe militar contra-revolucionário de 1926, passará a adoptar uma posição firme e persistente contra o autoritarismo político. Em 1913, porém, não subscreve o absolutismo denunciado por Herculano e por Antero como causa de decadência. Prefere empregar uma expressão mais vaga, a «tirania multiforme», que tanto pode englobar o absolutismo político como o dogmatismo religioso ou o escolasticismo intelectual.

Além dos efeitos «purificadores» do Tribunal do Santo Ofício, a outra causa da decadência é de natureza económica e começa pela expulsão dos infiéis (judeus e mouriscos) a quem se devia, «segundo o testemunho de historiadores e economistas, o cultivo do arroz, do algodão e do açúcar, o fabrico da seda e do papel»⁶³. Assim, «na qualidade de saqueadora da riqueza do judeu, a Inquisição foi um órgão parasitário»⁶⁴. Entretanto, a «terra abandonada de infiéis devolve-se em campo de

salteadores»⁶³. Esta situação na «Ilha da Purificação» só vem a alterar-se no século XVIII, devido a um factor:

8. *Estrangeiros e «estrangeirados» deram assalto no século XVIII ao nosso Isolamento:* «... os assaltos que pretenderam dar-lhe alguns Piratas beneméritos. Apareceram, na verdade, estrangeiros e “estrangeirados” que procuraram arrancar-nos ao nosso Isolamento.»⁶⁵

Com efeito, em Espanha, Aranda, «espanhol de nascimento mas educado em França, amigo dos enciclopedistas, foi presidente do conselho até 1773»⁶⁵ na administração de Carlos III; em Portugal, foi Pombal, «*estrangeirado* pelas suas missões nas cortes europeias», quem promoveu as reformas da instrução, aliás «precedidas dos ataques de alguns homens eminentes (Verney, Ribeiro Sanches) educados no estrangeiro»⁶⁶.

Mas, morto o rei José I em 1777, «caído o Marquês, logo rugiram os protestos contra as *doctrinas peregrinas*»⁶⁷. Só a Academia das Ciências (fundada em 1779), assegurada pela protecção do duque de Lafões que, porém — sublinha Sérgio —, «tivera de sair de Portugal depois da morte de João V, e durante 22 anos residiu no estrangeiro»⁶⁸, é citada como factor positivo, até às lutas constitucionais do século XIX. Estas, por sua vez, são referidas devido à «emigração forçada de numerosos portugueses», pois «na Inglaterra e na França puderam medir os resultados da política isoladora»⁶⁹.

É nesta conjuntura que surge uma das ideias fundamentais de Sérgio:

9. *A maior revolução da nossa História foi produzida pela descolonização do Brasil e os decretos de Mouzinho*: «A separação do Brasil e Mouzinho abalaram nos alicerces o sistema parasitário. Foi a maior revolução da nossa História, e era realmente a condenação de toda ela, desde o tempo de D. João III, em parte desde o Infante, pelo que toca às ideias económicas.» Mouzinho da Silveira mostrou «nos seus decretos, quais eram as condições normais da economia social, e como a riqueza estava em casa, na libertação e trabalho da própria terra»⁶⁹. (Esta proposição é explicitada pela 24.^a, 1915).

É aqui que se inserem os propósitos reformadores de Sérgio: «Releva-nos hoje continuar, ao veio das condições do nosso tempo, esta essencial revolução.»⁷⁰

Sérgio salienta em seguida que a revolta de Antero contra Castilho (a «questão coimbrã») era «mais um ruidoso embate entre a “Purificação” e o “Estrangeirismo”, entre o Isolamento e a Cultura», e liga Verney, Herculano e Antero como sendo «os três grandes paladinos da cultura europeia em Portugal»⁷⁰.

Depois, enfim, de transcrever da conferência daquele a parte em que condena as Conquistas e o espírito guerreiro (preconizando a quebra resoluta com o passado para entrarmos outra vez na comunhão da Europa culta), Sérgio termina deste modo a sua conferência:

«Tal era, meus senhores, o seu generoso pensamento, essencialmente construtivo: Trabalho, Ciência, Revolução; mas trabalho de libertação e de justiça; mas ciência que honesta fosse, e criadora; mas pacífica revolução que regenerasse as nossas almas. E

para isto, senhores, *iniciativa privada* e *espírito moderno*!; Conta-se de Herculano que dissera, pouco antes de morrer: “Abram as janelas: quero luz!” — exclamação que é um remate para a longa história do *purismo*. Abramos as janelas que os avós sistematicamente encerraram: e abramo-las, não para morrer, mas para vivermos; e para que por elas entre, com a luz do Sol que alumia e sana, o tonificante clamor da faina em que lá fora, por toda a parte, se labuta na educação da futura humanidade: uma humanidade mais livre, mais nobre, muito mais harmoniosa e mais justa. Só então seremos dignos do historiador e do poeta; só então teremos feito alguma coisa do real, e poderemos dizer que entendemos, e sentimos, a bela doutrina da redenção pelo esforço e pela cultura, pelo trabalho e pela luz:

Viva e *trabalhe* em plena *luz*: depois
Seja-me dado ainda ver, morrendo,
O claro sol, amigo dos heróis!»⁷¹

Neste primeiro esboço de interpretação sociológica da História portuguesa aparecem já associados, como se vê, os factores cultural e socio-económico. A História não lhe irá interessar pelos factos em si, nem pelos figurantes (os figurões, dizia Cortesão pela mesma altura, como já vimos), mas pelo processo evolutivo da sociedade nas suas complexas interligações. A historiografia será para ele problemática e não factual.

Na mensagem de 1913 aparece como hipótese, inspirada em fontes literárias, o Isolamento ou figuração do que ele chama a «Ilha da Purificação». Problemática essencial: como sair da «Ilha», do «Isolamento», e voltarmos ao «período soberbo» (como foi o da primeira metade do século XVI), ao trato com a vida

intelectual de toda a Europa? É deste germe problemático que advirão os futuros aprofundamentos a que irá proceder nos anos posteriores, assim como a orientação para a sua *praxis* social.

Na realidade, a resposta de Sérgio aflora já, embora enunciada numa breve nota sem desenvolvimento: «Mandemos para o estrangeiro a nossa melhor mocidade: e não só para as escolas, mas para as granjas, as minas, as oficinas!»⁷²

Este acabará por ser, efectivamente, um dos seus objectivos ao aceitar, em 1923, sobraçar a pasta de ministro da Instrução Pública.

Mas, entretanto, irá Sérgio aprofundar as suas primeiras reflexões, que, num trabalho de 1923, já se apresentarão estruturadas no seu primeiro *Bosquejo da História de Portugal*. E no ano seguinte, aparecerão ligadas, sob a evocação de Severim de Faria, à necessidade imperativa de uma Reforma Agrária.

IV/ A NOSSA FATALIDADE
É A NOSSA HISTÓRIA
(1915)

Depois de ter lançado em Portugal o seu manifesto de renovação intelectual e social, António Sérgio aparece em 1915 a tentar a materialização do programa reformador que preconiza: a ligação da escola à actividade produtiva. É a partir da «nossa gravíssima situação económica» que Sérgio chega à «urgência de uma pedagogia concreta de salvação pública, deduzida da História portuguesa e das necessidades portuguesas»⁷³. Ele considera indispensável que o pequeno agricultor receba pelo menos os rudimentos da instrução escolar e técnica, um ensino muito simples e prático em hortas escolares, objectivo que consigna como «um dever para a escola primária portuguesa»⁷⁴. Segue aqui, pode dizer-se, a sugestão que lhe fora inculcada por Mendes Trigoso na leitura das *Memórias da Academia*, apresentada um século antes, *Projecto de um estabelecimento de escolas de agricultura prática*⁷⁵.

É nesse sentido que pede a um engenheiro-agrônomo a elaboração de um *Manual de Instrução Agrícola na Escola Primária*, ao qual antepõe as suas próprias *Considerações histórico-pedagógicas*, que representam o aprofundamento das reflexões iniciadas em 1913 ⁷⁶. Neste aprofundamento Sérgio passa a apoiar-se predominantemente em fontes de autores portugueses, em seguimento e confirmação das espanholas que haviam sido citadas no trabalho anterior.

Dois vectores, sobretudo, convergem nestas novas reflexões. Por um lado, a crítica pedagógica inerente à inovação sugerida. Por outro, a diagnose das causas persistentes da distorção secular da sociedade portuguesa. «A nossa fatalidade é a nossa História» — lembra ele, citando Antero de Quental ⁷⁷. Por isso Sérgio aprofunda aqui a sua interpretação sociológica da História nacional, ao mesmo tempo que se confronta com os métodos pedagógicos dominantes no ensino oficial. É muito importante este ponto, até pelas sugestões que oferece à nossa actualidade.

Para Sérgio, «não estão as bases da positiva e verdadeira democracia nas instituições políticas e nas leis escritas, mas na estrutura económica e na educação correspondente» ⁷⁸. É esta uma posição que toma de Alexandre Herculano: «Ensinou Herculano — lembra — que a educação portuguesa é dependência, como não podia deixar de ser, da organização económica da sociedade portuguesa» ⁷⁹, ou, transcrevendo-o, que, «não será decerto com o antigo sistema de instrução que o povo português progredirá na indústria» ⁸⁰. É a evidência de que um novo regime de produção implica uma reforma do ensino conducente à criação de uma nova mentalidade adequada à nova estrutura

económico-social. Não é com ideias velhas que se constrói uma sociedade nova, ou sequer diferente. Não basta que se proclame que «o trabalho é a base de todas as virtudes e de todas as riquezas», como fez Mouzinho da Silveira nos seus decretos ⁸¹. Antes de se manifestar no Estado, pretendia Sérgio, as condições da democracia hão-de existir na corporação de trabalho, no município e na família. Ora, como conduzir para o trabalho uma nação por tanto tempo habituada à ociosidade? Eis porque o problema posto por Herculano é para Sérgio o «complemento das reformas de Mouzinho» ⁸². Foi «por falta de uma escola de trabalho (a única adequada às reformas de Mouzinho)» ⁸³, que a nação se atolou nos empréstimos e se revolveu nas lutas políticas do liberalismo.

A criação de um novo estilo de ensino e de um novo tipo de escolas é assim, para Sérgio, como havia sido também para Adolfo Coelho ⁸⁴, o antídoto natural da decadência. Adopta uma atitude de repúdio do sentido decadentista dominante, e afirma categoricamente: «Creio nas admiráveis possibilidades da nação portuguesa, enoitecidas nos meandros da sua História, completamente desaproveitadas por incapacidade da sua *élite*.» ⁸⁵ Por isso deseja que «nós mantenhamos o santo horror ao palavriado nacional, lembrando-nos estrangeiro que muito seriamente afirmou que a causa da decadência dos povos peninsulares — era a retórica». E defende que o ensino elementar «deve ser essencialmente prático, fundado em acções e não em palavras» ⁸⁶.

À escola primária competiria, portanto, na óptica sergiana, combater os «vícios nacionais» derivados de «uma péssima educação de séculos» que por sua vez

resultam «duma corrupta orientação económica». Como? «Por um lado, directamente, deslitterando-se, dando ao trabalho manual o lugar devido (que é o maior), e fazendo tender todos os esforços para a actividade produtora; e por outro lado, pelo seu influxo na sociedade aldeã, orientando-a. Netos de “conquistadores” que só souberam manejar a espada, ensinemos que a espada por si só não conquista, porque não assimila; que só pode fazer do conquistador aquilo que somos nas nossas colónias (no maior delas, entende-se): funcionários em terras que outros exploram principalmente, e de que temos o senhorio... até nova ordem.»⁸⁷

Além de expressivo em si próprio, este comentário revela como Sérgio considerava, já em 1915, a precaridade do colonialismo português — «de que temos o senhorio... até nova ordem».

Passemos agora a analisar, com vista a detectar as suas novas proposições, o desenvolvimento que Sérgio empreende nestas *Considerações histórico-pedagógicas* da interpretação sociológica da História nacional.

Logo em relação aos exórdios da nacionalidade portuguesa e ao seu primeiro progresso social, Sérgio sublinha que essa acção resultou sobretudo de gente estranha ao território. É também uma das suas ideias mestras, que desenvolverá em trabalhos futuros:

10. *A criação de Portugal foi obra do «estrangeirismo»: «A criação de Portugal — um episódio das Cruzadas — foi uma obra do estrangeirismo.»*⁸⁸ (Ver a 15.^a proposição, complementar desta.)

No porto de Lisboa, onde convergiam «muitas e desvaíadas gentes», encontravam-se as linhas comerciais-marítimas do Norte e do Mediterrâneo, e daí o predomínio dos italianos e flamengos na população estranha da cidade; o conde D. Henrique era burgonhês; Sancho I chamou expressamente colonos estrangeiros para povoar o Sul. Enfim, destaca que «a influência do elemento franco na povoação das nossas províncias foi muito mais importante que no reino de Leão»⁸⁹. Aos colonos do Norte juntavam-se por sua vez os mouros e os judeus, «duas outras estirpes de origem igualmente estranha ao território nacional»⁹⁰. Assim:

11. *No progresso social da formação de Portugal vemos a contribuição de gente estrangeira: «Vemos pois os elementos de um sólido progresso social, graças sobretudo à contribuição de gente estranha.»*⁹⁰

Ao carácter positivo, construtivo, da contribuição de estrangeiros, Sérgio contrapõe o parasitarismo da classe dirigente autóctone:

12. *A nobreza (cavaleira) teve em Portugal um carácter parasitário: «Em Portugal a nobreza (essencialmente cavaleira, porque educada na razia permanente contra o moiro), longe de acompanhar e dirigir o trabalho produtor, marasmava a terra e as indústrias com servidões parasitárias.»*⁹¹

Daí a emigração rural dos casais para as cidades e vilas, e a crise das subsistências que, com o abandono dos campos, com frequência se manifestou a partir de Afonso V. Foi para tentar remediar a estes males que D.

Fernando promulgara as leis das sesmarias. Mas, citando Sá de Miranda:

Não valem leis sem costumes,
Valem costumes sem leis.

O êxodo rural contribuía, por outro lado, para reforçar as energias no tráfico marítimo, tendência essa que transluz em outras leis de D. Fernando, «reflectindo, por consequência, um pensamento contraditório com o das leis das sesmarias»⁹².

Desse modo,

13. *O predomínio das classes letradas foi um efeito e uma causa do parasitismo social:* «Ao mesmo passo que assim dominavam a Cavalaria e o Comércio, as mesmas causas completavam o triunfo do Direito Romano, e promoviam o aumento e predomínio das classes de letrados, a um tempo um efeito e uma causa do parasitarismo social.»⁹³

14. *As especulações de entreposto foram adversas à disciplina do trabalho:* «A nação, portanto, não chegou a educar-se na disciplina do trabalho, precocemente absorvida na especialidade mercantil das especulações do entreposto, intimamente ligada à obra da Cavalaria.»⁹⁴

As especulações do entreposto, a ruína da nobreza antiga, o agravamento da miséria agrícola e o «correlativo parasitarismo bacharelesco e burocrático» são assim considerados por Sérgio os «caracteres maiores do novo regime inaugurado pela revolução social de 1383-1385. O espírito feudal-agrícola era

completamente postergado pelo espírito da Cruzada, pelo génio aventureiro e comercial da Cavalaria»⁹⁴.

Sérgio reforça esta interpretação aduzindo circunstâncias exteriores (internacionais, europeias) que atraíram a corrente comercial do Oriente: «A própria prosperidade que o regime feudal-agrícola produziu no Norte da Europa excitou a actividade comercial, o desenvolvimento das cidades, a sua resistência aos senhores, e a saída deles para o Levante, a alargar a corrente comercial do Oriente para as regiões setentrionais. Foi este grande movimento das cruzadas do Norte, da Alemanha e França para a Itália e de aí para a Palestina, que ocasionou a fortuna das repúblicas marítimas italianas, intermediárias do tráfico entre a Hansa alemã e as caravanas levantinas.»⁹⁵

É esta conjuntura que ajuda a esclarecer o sentido do termo «estrangeirismo» aplicado na 10.^a proposição, e que, por sua vez, permite explicitá-la melhor. O termo aplica-se tanto às pessoas estrangeiras como aos factores externos, internacionais.

15. *A fundação de Portugal insere-se no movimento do comércio com o Oriente:* «Uma pequena derivação deste fluxo foi a origem da fundação do reino de Portugal, onde Lisboa era então uma Veneza embrionária.»⁹⁶ (Ver a 10.^a proposição.)

Assim, os Descobrimentos apresentam-se como a «nova cruzada» que, tal como no século XII, interessa tanto a Portugal como à Europa.

16. *Os Descobrimentos respondem tanto à crise interna de subsistências como à crise comercial europeia:* «O infante D.

Henrique [...], D. Afonso V e D. João II foram os caudilhos da nova cruzada, os heróis de que a vida económica europeia necessitava, nesse momento, para resolver um dos maiores problemas de toda a história da civilização. Assistimos, pois, desde agora, aos esforços sucessivos de Portugal para resolver a sua crise de subsistências e a crise comercial de toda a Europa.»⁹⁷

Sérgio espraia-se depois sobre as consequências económicas e sociais dos Descobrimentos, e põe em evidência contradições que eles geraram:

17. *Recebíamos ouro em troca de produtos que não fabricávamos:* «Recebíamos este ouro dos mercadores negros, em troca, principalmente, de roupas fabricadas... na Berberia! Não se sabe como comprávamos este rude produto industrial; mas o certo é que nem isso mesmo fabricávamos.»⁹⁸

18. *O abandono dos campos foi consequência de riqueza dos Descobrimentos:* «Entretanto, os filhos dos lavradores iam fugindo cada vez mais para as cidades; extensas campinas outrora férteis reduziam-se até um sexto da sua antiga cultura, rodeando povoações quase desertas; os fidalgos afluíam à corte para sugar ao soberano o melhor das suas rendas em tenças, morgados, reguengos, jurisdições.» «Nos princípios do século XVI era já Lisboa uma das bases do capitalismo cosmopolita.»⁹⁹

19. *A falta de actividade produtora comprometia a opulência aparente:* «Éramos pois opulentos, na apojadura de tanta riqueza? Éramos miseráveis: e se notarmos que

mais importância ainda do que a pimenta tinham no mercado de Antuérpia os panos de Inglaterra, veremos logo o caruncho do palco de pantomima lusitana: faltava-nos a actividade produtora (agricultura, fabricação), verdadeira riqueza, estabilidade da economia e força educativa por excelência.»¹⁰⁰

20. *O comércio colonial sem produção metropolitana concitou os interesses financeiros estrangeiros:* «Em fins de 1543 deviam-se em Flandres uns 15 762 contos da moeda de hoje, além de 18 000 cruzados já tomados em letras (a tão altos preços que se dobra o dinheiro em quatro anos). Portugal era um estroina arruinado sob a garra dos agiotas.»¹⁰¹

É nesta conjuntura que aparece também como fonte de receita a perseguição aos Judeus, o que, por sua vez, consolida a tendência para o parasitarismo: «Condenado o judeu pela Inquisição, a sua casa e alfaías eram compradas ao desbarato. Antes porém desse momento já começava a perseguição a render: era o dinheiro arrancado para não ir denunciar; era o que custava o transporte, a comida, etc., até à perseguição inquisitorial; depois, na prisão, o ar, a luz e a água, que saíam por somas fabulosas, assim como a licença de falar à família; eram as próprias algemas, que chegavam a ser pagas pelos “infelizes”.»¹⁰²

A «grande parasitagem» era, porém, a do Oriente: «A nossa história indiana é, do primeiro acto até ao último, um saque infame e horroroso.»¹⁰³

De tudo isto o que resultou? «As consequências da gangrena moral inerente ao parasitismo realçam a toda a luz quando o último rei cavaleiro — idiota que nos

simboliza a loucura saqueadora — atira ao esbarrondadoiro de Alcácer o espectro de uma nação.»¹⁰⁴

O Portugal restaurado em 1640 já não fruiu o monopólio do comércio do Oriente, de que entretanto tinha sido despojado pela Holanda e pela Grã-Bretanha. «Mas ficava-lhe o Brasil com suas entranhas de maravilha»¹⁰⁵, que aliás também não soube colonizar — diz Sérgio — porque, como afirma noutra passagem, «colonizar é exercer obra de colono, ocupar a terra, agricultá-la, fazê-la produzir pelo trabalho.»¹⁰³

21. *Na colonização do Brasil a caça ao indígena transformou-se na principal ocupação do português: «O negro foi na colónia (Brasil) o verdadeiro criador; a caça ao indígena era a principal ocupação do português.»*¹⁰⁶

A descoberta das minas de ouro e diamantes do Brasil (no final do século XVII) produziu por sua vez uma riqueza fabulosa. Foi ela que alimentou o Estado «durante a opereta beata de D. João V e a tragédia bronca de Pombal»¹⁰⁷. O Marquês, aliás, não gozava, como já se adivinhava no trabalho anterior, das simpatias de Sérgio: «A brutalidade, a cegueira, a incoerência da sua retrógrada administração, comprometeram e deturparam o pensamento reformador da ilustre plêiade *estrangeirada* (Verney, Ribeiro Sanches, Gusmão, D. Luís da Cunha, Cavaleiro de Oliveira, Monteiro da Rocha, Cenáculo, e vários outros), complanando o caminho, e dando alento, à reacção que se seguiu.»¹⁰⁸

Sérgio define aqui a sua posição perante o caso da expulsão dos Jesuítas: «Não nos move interesse algum

em defender o jesuíta, para quem a nossa simpatia não vai, e cuja expulsão no século XVIII aplaudimos em princípio, salvo a brutalidade inábil com que foi feita; mas achamos inconvenientíssima a mentira neste ponto, porque a atribuição de falsas causas à nossa péssima educação (além de um acto de *jesuitismo*) serve de impeço ao descobrir e proclamar as verdadeiras — condição esta indispensável para que se lhe dê remédio eficaz.»¹⁰⁹ É, como se vê, uma posição crítica relativamente ao simplismo com que os jacobinos justificavam naquele tempo as suas próprias acções. Sérgio, pelo contrário, procura razões mais fundas, estruturais, para o fenómeno das dificuldades persistentes da sociedade portuguesa. Assim, apresenta as seguintes explicações:

22. *As minas do Brasil favoreceram a indústria estrangeira:* «A verdadeira cultura anda adstrita às necessidades da produção, e essas necessidades não as tinha o Portugal brasileiro, que com o oiro das suas minas adquiria os produtos da indústria alheia.»¹¹⁰

23. *Foi o regime económico que impediu o progresso e não o jesuitismo:* «Não era pois o jesuíta, era sim o regime económico quem nos punha fora das circunstâncias de fazer os mínimos progressos.»¹¹⁰

Porém, o Brasil perdeu-se. E então, «a sociedade, a morrer de fome, careceu de um abalo catastrófico que, se não viesse desferido pela ditadura de Mouzinho» — afirma Sérgio, significando com a designação de ditadura a simpatia pelos autoritarismos esclarecidos —,

«viria mais hoje mais amanhã de qualquer maneira semelhante»¹¹¹. Explica-se de seguida.

24. *Com a perda do Brasil tornou-se imperiosa a necessidade da valorização económica da metrópole: «Tornava-se necessária outra mina; e qual? A de casa, naturalmente, cultivando-a — o que só seria possível desonerando o trabalho das servidões que o asfixiavam.»*¹¹² (Ver a 9.^a proposição, de 1913.)

Essa valorização económica da metrópole foi o escopo que orientou Mouzinho da Silveira ao empreender a legislação revolucionária de 1832. Porém, as reformas de Mouzinho não foram acompanhadas das necessárias alterações do sistema de ensino. Passos Manuel, a quem os republicanos atribuíam a reforma liberal do ensino, foi «um teórico sentimental e aéreo», afirma Sérgio generosamente. Foi, como já citámos, «por falta de uma escola de trabalho (a única adequada às reformas de Mouzinho)»⁸³ que a nação se atolou nos empréstimos e se revolveu nas lutas políticas do liberalismo. Depois veio, em 1851, a «Regeneração».

25. *A política financeira da «Regeneração» favoreceu a substituição das perdidas minas do Brasil: «A “Regeneração”, mentindo ao programa de Herculano, veio contentar a fome geral com a chuva de ouro dos seus empréstimos, fazendo calar todas as bocas [?] nos úberes túmidos das Obras Públicas... Esses empréstimos da “Regeneração” foram as novas minas do Brasil.»*¹¹³

Sérgio segue aqui, pode dizer-se a par e passo, a posição criticista de Oliveira Martins relativamente à

«Regeneração» e ao fontismo, citando-o e transcrevendo-o, aliás, com frequência. A sua adesão a estas posições de Martins parecem recentes, na medida em que, no trabalho publicado no ano anterior, aquele autor não era ainda referido. Agora, as citações reportam-se à *História de Portugal*, ao *Portugal Contemporâneo* e a *O Brasil e as Colónias Portuguesas*. Passa mesmo a adoptar com frequência as arbitrárias e deturpadoras expressões — «comunismos burocráticos», «ultracomunismo», «comunismo da ociosidade», «comunismo do Estado» — de que Martins abusou e que estiveram relativamente em voga em alguma da nossa literatura social até final da Primeira Grande Guerra. Eram expressões sem conteúdo preciso, que aludiam ao que talvez pudesse designar-se de clientela do Estado, ou, mais precisamente, a clientela política dos partidos que dominavam o aparelho administrativo, isto é, aquele sector (largo) da população ocupada no que hoje se chama os serviços, que não participa directamente na produção e absorve, à sombra do orçamento do Estado, uma soma considerável do rendimento nacional.

Abstraindo, porém, desse deslize no emprego de expressões sem conteúdo correctamente adequado, Sérgio serve-se de Oliveira Martins também para mostrar que o sistema dos empréstimos é mau, «porque assim o tesouro tem dívidas em vez de rendas», o que contribuía para a grande ilusão: «Navegava-se em mar de rosas, e as escolas superiores continuavam fabricando bacharéis e poetas líricos.»¹¹⁴

Duas consequências, sobretudo, resultam daquela política do recurso fácil aos empréstimos.

26. *Os empréstimos não impediam que a situação económica se agravasse:* «A balança económica, principalmente expressa pelos algarismos do comércio externo, acusava um défice sempre crescente e de alcance inverosímil quase.»¹¹⁵

27. *O défice económico saldava-se com a emigração «exportação de gado humano»:* O «castelo português» sustentava-se «saldando anualmente a conta económica da nação com a exportação de gado humano, exportação que não trazia a Portugal, em média, menos de três milhões esterlinos ao ano, senão mais... Outrora vinham *quintos* do Brasil para o tesouro, hoje vêm saques para os particulares»¹¹⁶.

É, pois, dos próprios ensinamentos colhidos na sua interpretação sociológica da História nacional, que Sérgio retira a directriz da renovação pedagógica, que é ao mesmo tempo uma diatribe contra a tradição parasitária do colonialismo português: netos de «conquistadores», «ensinemos que os verdadeiros instrumentos de conquista são a charrua, o tear, o capital, e que um território só é nosso quando nele, muitíssimo mais que funcionários e soldados, há trabalhadores nacionais. A vitória não é dos que levam o diploma ou a *tesura*, mas dos que levam o trabalho, o método, a perseverança, a iniciativa...»¹¹⁷

Terminam aqui as reflexões sergianas de interpretação de História portuguesa. As quatro últimas páginas das suas *Considerações* são de denúncia do que para ele são os vícios nacionais que derivavam da estrutura económico-financeira da «Regeneração»:

- 1) o «*estadismo*, ou costume de recorrer ao Estado para ele tratar da nossa vida, transformando-o em papá e alimentador de todos nós»;
- 2) o «*bacharelismo*, ou educação pela palavra e pelo livro, que cultiva a memória e o palavrório, e não a iniciativa, o método, a perseverança, o domínio de nós mesmos e o dos instrumentos de trabalho»;
- 3) o «*burocratismo*, ou fome universal do emprego público e correlativa incapacidade de ganhar a vida independente, que reduz os partidos a quadrilhas de assaltantes do Orçamento»¹¹⁸.

É contra estes vícios que defende que a «escola primária deve dar ao trabalho manual o lugar devido (que é o maior) e fazendo dirigir todos os esforços para a actividade produtora». Na escola primária é que deposita as suas esperanças, pois quanto às escolas superiores — diz — elas «continuavam fabricando bacharéis e poetas líricos»¹¹⁹.

V / O PROBLEMA BÁSICO
DA NACIONALIDADE
(1923)

Não se pode dizer que tenha sido obsessiva a tendência de Sérgio para se ocupar dos problemas da história portuguesa. Pelo contrário: a história não foi o seu primitivo motivo de interesses intelectuais, e depois de, nos anos de 1914 e de 1915, ter lançado a sua mensagem e primeiro ensaio interpretativo da história de Portugal, são os temas da cultura geral e de pedagogia e filosofia aqueles que mais aparecem tratados seus escritos.

Porém, a interpretação da história de Portugal, que o mesmo é dizer a compreensão da génese e evolução da sociedade portuguesa, constitui uma motivação constante das suas reflexões críticas, que persistentemente ou intermitentemente, o atrai e mobiliza. Pode dizer-se que os anos 20, entre um estudo sobre *A Conquista de Ceuta* (1920) e a publicação, já no exílio, da *História de Portugal* (1929), tiveram como pano

de fundo, como rasto da sua navegação no mar proceloso da vida colectiva nacional, a preocupação de interpretar a nossa história. Era o esforço do médico para diagnosticar as causas da doença da sociedade em que estava inserido. E não apenas um esforço com fins especulativos, mas essencialmente pragmáticos, normativos de uma acção, da conduta cívica do cidadão interveniente. Estes foram exactamente os anos de maior actividade social, melhor diremos, ainda que a expressão lhe repugnasse, de acção política mais persistente e consequente da fase madura da sua vida, desde ministro (1923-1924) a militante antifascista (a partir de 1926, depois do golpe militar de 28 de Maio), assim como exilado político logo no início da Ditadura e como lutador, durante ela, pela restauração da normalidade democrática no seu país.

Em 1923 aparece, como publicação da Biblioteca Nacional, então dirigida por Jaime Cortesão, o seu *Bosquejo da História de Portugal*. Era o texto integral da introdução histórica ao *Guia de Portugal* que a mesma Biblioteca ia publicar sob a direcção de Raul Proença.

«Depois de composto na tipografia — explica Sérgio na Advertência do seu opúsculo de 60 páginas — verificou-se que era o meu ensaio, ainda assim, demasiado longo e “filosófico”: e viu-se Raul Proença obrigado a reduzi-lo com grandes cortes. Ora sucedeu que esses cortes eliminavam algumas partes que eu supunha de algum interesse, pela minha maneira de conceber a história, se bem que deslocadas, com efeito, nas páginas do *Guia*; e por isso pedi licença para publicar em separata todo o discurso que tracejara, com as partes que se expungiram.»

Assim, a *separata* reflecte mais fielmente (integralmente) a maneira sergiana de conceber a história pátria do que o prefácio que foi o seu inicial objectivo. Os amigos de Sérgio no grupo da Biblioteca reconheceram-lhe tanto interesse que a *separata* saiu antes do próprio volume do *Guia* a que ia servir de Introdução. O *Bosquejo* adquire, desse modo, a importância de um trabalho de interesse sócio-cultural imediato, que não tinha de condescender com a morosidade da publicação do volume, aparecido um ano mais tarde.

Na realidade, o *Bosquejo* constitui já a tese sergiana de interpretação sociológica da história de Portugal. E quer-nos parecer mesmo que é o momento mais alto dessa interpretação. É, por um lado, o desenvolvimento amadurecido dos seus primeiros ensaios interpretativos: obra sintética, períodos curtos, ideias bem estruturadas, sem as indeterminações e as excrescências verbais de trabalhos anteriores. Por outro lado, pode considerar-se que os seus trabalhos posteriores já não são mais que desenvolvimentos demonstrativos ou fundamentações explanadas de algumas das suas posições. Era, aliás, o que Sérgio já não anunciava no final daquela Advertência: «Há-de o leitor estranhar certas afirmações que aqui faço, certas hipóteses que esbocei; os limites do trabalho não me consentiam justificá-las, o que ficará para outra vez.» Aparecem ainda temas de que Sérgio anteriormente não se havia ocupado (tratado de Methwen, João V, etc.), tudo disposto numa coerente ordenação cronológica (sucessão de reinados). E definem-se aqui, também, os grandes parâmetros das posições críticas de Sérgio relativamente a algumas

figuras da cultura portuguesa contemporânea (Herculano, Teófilo, Oliveira Martins, Antero).

No *Bosquejo*, a história de Portugal aparece dividida em três Épocas:

- 1) Incorporação e organização da metrópole;
- 2) Expansão ultramarina;
- 3) Tentativas de remodelação interna.

É nas duas primeiras Épocas que mais se empenha a interpretação de Sérgio, já que a última ocupa apenas cinco páginas. E, além de que esta última é a menos original — segue com bastante simplismo, mesmo [que nos doa] sem espírito crítico, a linha do pensamento de Oliveira Martins no *Portugal Contemporâneo* relativamente ao liberalismo — vale sobretudo pelo enunciado dos problemas básicos do país, que a República, ao fim de doze anos, não tinha ainda resolvido: «A República não resolveu, por enquanto, as dificuldades portuguesas, porque não atacou profundamente o problema básico da nacionalidade: abrir, na metrópole, empregos criadores à actividade dos cidadãos pela modificação do regime agrário, pelo aproveitamento das forças hidráulicas, pela modernização dos métodos de trabalho, pela importação do trabalho científico, pelo estabelecimento de uma pedagogia nova, essencialmente activa e produtora.»¹²⁰

É a perscrutação deste «problema básico da nacionalidade» que constitui o móbil da sua interpretação sociológica da história de Portugal, desenvolvida sobretudo na análise das duas primeiras Épocas.

Começando por referir os vestígios arqueológicos que permitiam considerar o problema dos antigos habitantes do território português, logo conclui que «dos povos da Espanha pré-romana é inseguríssimo o que sabemos»¹²¹. E, reagindo contra a «moda», que ao tempo era de considerar «a raça» como «um dos temas da retórica», retorna à posição de Herculano, «sensatamente circunspecto nisso de raças primitivas»¹²².

Já a romanização, pelo contrário, não lhe merece qualquer reserva: «Resultou da paz e da administração imperial o desenvolvimento económico da Península.»¹²²

Não se detém em considerações sobre a «irrupção» dos Alanos, Vândalos, Suevos e Visigodos. Mas, quanto ao domínio dos Maometanos (século VIII), ainda que sempre perturbado por dissensões civis, reconhece que «deu à Península uma civilização fulgente»¹²³.

A génese da nacionalidade portuguesa aparece inserida na ofensiva geral da Cristandade contra os territórios ocupados pelos infieis, «esse movimento que tem o nome de Cruzadas» e que «favoreceu a não incorporação de Portugal no todo político a que presidiu Castela»¹²³. Afonso Henriques, «um chefe guerrilheiro»¹²⁴, juntou-se à revolta dos fidalgos portugueses contra sua mãe, revolta essa cuja maior importância consiste «na ruptura da ligação entre as duas metades da Galiza, com triunfo da portuguesa sobre a leonesa»¹²⁴. Neto de um conde borgonhês, foi com cruzados alemães, flamengos, ingleses e franceses que Afonso Henriques conquistou Lisboa, depois do que acabou por ser reconhecido como monarca (em 1143 por Afonso VII de Castela, em 1179 pelo chefe da

crisandade, o papa Alexandre III). Apoiado em Herculano e Oliveira Martins, Sérgio conclui assim sobre a origem da nacionalidade:

28. *A posição geográfica dos portos terá sido um ponderoso factor na constituição da nacionalidade:* «O provável é que a influência dos não espanhóis contribuisse para evitar a incorporação política com Castela desta faixa do Ocidente, onde o comércio do Norte da Europa se podia encontrar com o do Mediterrâneo. Parece, pois, que a situação dos nossos portos foi o mais ponderoso factor geográfico na independência de Portugal. É sabido o auxílio das armadas de Cruzados; sabido o concurso das ordens religiosas, principalmente a de Cluny. A influência francesa foi considerável, sobretudo no começo, com D. Henrique, e depois com D. Afonso III e D. Dinis.»¹²⁵ Parte complementar do seu pensamento: «Não seria absurdo, outrossim, pensar que os cavaleiros oriundos do Norte ajudaram grandemente a dar à Nação o seu escol, e que o desaparecimento desse escol (pelas guerras, revoluções, perseguições, etc.) agravou a decadência da comunidade.»¹²⁶

A primeira dinastia caracteriza-se pela conquista do território aos Sarracenos, pela colonização sistemática e pela organização administrativa, no que sobressaem Afonso III, «administrador emérito» e D. Dinis, que «foi um rei modelo»¹²⁷. Quanto a D. Fernando, «indeciso e romanesco homem», promulgou leis notabilíssimas para o fomento da agricultura e do comércio marítimo português, as quais supomos inspiradas pela burguesia comercial¹²⁸, que, aliás, após o falecimento do rei,

perante a questão da sucessão, vai decidir-se pelo caminho da revolução.

«O partido revolucionário era apenas uma minoria»¹²⁹, sublinha Sérgio, sempre fiel à sua ideia predilecta de que são as *élites* (e não as massas) os motores da história.

A batalha de Aljubarrota é um marco: «Esse dia assinala a queda da Cavalaria na Península Ibérica, e prepara o aparecimento dos “terços” da infantaria castelhana, “que haviam de dominar a Europa inteira”.»¹³⁰

«Uma nova fase da nossa história»¹³⁰ começa com a Revolução de 1383-1385. Ela resulta da alteração da composição social e correlação das forças («uma nova proporção entre as classes sociais e entre as actividades económicas»)¹³⁰.

Recordando que desde o princípio da nacionalidade se pode descobrir «antagonismo entre a burguesia de mercadores do litoral e a aristocracia proprietária do *hinterland*», Sérgio sublinha:

29. *O desvio marítimo interrompeu a colonização do Sul e deixou sem solução alguns problemas fundamentais do país:* «Esta tendência marítima desviou-nos, a certa altura, da colonização do Sul da metrópole, deixando-nos sem solução, até hoje, alguns problemas fundamentais.»¹³⁰

Quando, pela irrupção dos Turcos nos portos orientais do Mediterrâneo, se interrompeu o tráfico do Oriente:

30. *A empresa marítima de Portugal procurou resolver um problema grave da alta finança europeia:* «A alta finança europeia viu-se a braços com um problema grave, que

Portugal empreendeu resolver, procurando um caminho para as terras da Índia.»¹³⁰

É aqui que aparece enunciada pela primeira vez a teoria sergiana de

31. *As «duas políticas» nacionais:* «Intensificou-se desde essa época a luta das duas políticas: metrópole e ultramar; agricultura e navegação; rurais e comerciantes; produção e circulação ou transporte marítimo.»¹³⁰ «Quando, no fim desse século XV, Vasco da Gama parte para a Índia, vê-se a derrota definitiva da política metropolitana, simbolizada por Camões no Velho do Restelo.»¹³¹

Depois de tratada a primeira Época da história de Portugal, considera a segunda como sendo a «grande época», embora reconheça: «Agora a história, sendo sobretudo ultramarina, anda menos localizada no que se pode ver pela metrópole.»¹³¹ É a altura da «resolução do problema europeu do comércio do Oriente»¹³².

Assim fica desde já architectada uma das ideias mestras da interpretação sergiana, que mais tarde repetirá na *História de Portugal* (1929):

32. *Os Descobrimentos foram obra metódica, talhada com precisão de objectivos e estudo minucioso dos meios adequados:* «Os Descobrimentos do século XV foram uma façanha de gente metódica, dotada de fria inteligência política, de visão lúcida, muito precisa, dos objectivos práticos a que tendia, e de estudo minucioso de meios adequados a tais objectos.»¹³³

O mal foi que:

33. *A estabilidade da grei foi prejudicada pela substituição dos mesteres de brancos por escravos trazidos da África:* Pelo comércio proporcionado pelas navegações ao longo da costa de África, vinham vários artigos, muito ouro e «escravos que começaram a substituir os brancos nos mesteres, pela metade meridional do país, com grande prejuízo da estabilidade da Grei»¹³⁴

Enquanto isso:

34. *Lisboa reduziu-se a ser um entreposto:* «De Lisboa seguiam produtos para Flandres e o Mediterrâneo.»¹³⁴

Internamente, o grande problema foi o do fortalecimento do poder real, no qual se empenharam, além de João I, seus filhos Duarte e Pedro e o doutor João das Regras. Porém, só João II, «o maior rei de Portugal»¹³⁵, havia de dar o combate à aristocracia. Filho de Afonso V, «cavaleiro magnífico, fantasista na sua ambição, amador das artes, bravo soldado sem dotes de comando, péssimo estadista», foi quem, «senhor absoluto», «organizou no máximo grau a solução do problema do Oriente»¹³⁶.

O tráfico, sendo monopólio régio, fazia do «rei o comerciante dos comerciantes», e assim D. Manuel tomou o título de «senhor da conquista, navegação e comércio da Etiópia».

Porém,

35. *Por falta de produção, o país socorria-se de empréstimos externos a juros elevados:* «O país, especializado no transporte da riqueza que era de outrem, vivia de empréstimos a juros altos, que eram tomados pelos

judeus da Flandres. Não tínhamos actividades industriais que pudessem desenvolver-se com esse comércio do Oriente.»¹³⁷

Por outro lado, a política portuguesa de conquista no Oriente foi superior às nossas forças: «D. Francisco de Almeida, enviado como vice-rei em 1505, concebeu o plano (decerto o mais sensato) de se manter só o domínio do mar, com fortes esquadras, e na terra não mais que algumas feitorias e pontos de apoio; todo o tráfico marítimo indígena pagaria um tributo de circulação por meio de *cartazes*, ou *passaportes*.»¹³⁷

36. *A criação de um império por conquista foi superior às nossas possibilidades: «Albuquerque, porém, conquistador de génio, encaminhou-nos para o império, para cuja sustentação nos minguavam forças.»*¹³⁷

Outros factores haveriam de acrescentar-se: a expulsão dos Judeus, a introdução dos Jesuítas e o estabelecimento da Inquisição. Mas Sérgio não adopta a respeito destes as posições dominantes na historiografia do tempo, e diz até da obra de Herculano, «o maior historiador português», que o seu livro sobre a Inquisição, sendo «um primor de narrativa histórica», é porém, «obra de polémica, e parece que injusta com D. João III»¹³⁸. Adopta antes a sua explicação de que o estabelecimento do Santo Ofício foi a «única maneira de refrear, legalizando-a, a ferocidade anárquica do vulgo», que «odiava o circunciso, por motivos menos religiosos que económicos e sociais»¹³⁹.

Essa compreensão, porém, não indulta o tribunal da fé quanto às duas grandes consequências da sua acção:

37. *A violência foi causa da ruína do Império Índico:* «No Oriente, a ferocidade portuguesa (na Inquisição e fora dela) foi uma das causas principais da ruína económica (que não tardou).»¹³⁸

38. *A Inquisição produziu até hoje perniciosos efeitos à cultura:* «A Inquisição, empenhada outrossim em combater a heresia, estiolou a vida da inteligência, a pontos de ainda hoje se lhe sentirem os maus efeitos.»¹³⁸

No que respeita a João III, Sérgio considera ainda que a sua obra mais meritória foi a da organização colonial do Brasil, embora reconheça que não conduziu a bons efeitos, por ter cedido «o passo a uma administração centralizadora, monopolizadora»¹⁴⁰. Não se demora, porém, na análise desta contradição.

Com o neto daquele rei, «o reizito» Sebastião, «rapazola tresloucado, pateta e fanfarrão»¹⁴¹, deu-se o desastre de Alcácer Quibir: «No dia da batalha mandou que ninguém se mexesse sem ordem sua; mas esqueceu-se de dar a ordem.»¹⁴² Perante a vaga do trono português, sucedeu-lhe Filipe II de Espanha, que nas cortes de Tomar jurou as condições em que reinaria: «A sua ideia não foi a absorção de Portugal, mas uma monarquia dualista, em que tínhamos perfeita autonomia, no mesmo pé do que Castela. Cumpriu religiosamente o que prometera; e foi seu neto Filipe IV, ou melhor o conde-duque de Olivares, quem, iludindo-as, provocou mais tarde a revolta dos Portugueses.»¹⁴²

Foi a união com Castela, «perseguidora dos protestantes», que fez cair sobre as possessões portuguesas a Holanda e a Inglaterra, cujas naus se

batiam pelo Atlântico abaixo com os nossos navios, «agora mal construídos, dispersos, atulhados de gente e de pimenta»¹⁴³.

Sérgio aproveita-se dos casos da Holanda e da Inglaterra que foram, como se sabe, os dois primeiros grandes países capitalistas, para contrapor o seu sistema colonial mercantil ao da conquista portuguesa:

39. *A exploração colonial de sistema capitalista assente em indústria própria (Holanda e Inglaterra) sobrepôs-se ao sistema monopolista português assente no tráfico em prejuízo da produção:* «Os Holandeses, sem preocupações sectárias, atraíam as simpatias dos orientais; vendiam-lhes objectos *seus*; e não se contentavam, como nós, com trazer aos seus portos os produtos asiáticos, esperando que os clientes aí viessem para buscá-los: iam distribuí-los aos mercados, ganhando o frete correspondente e sustentando a sua marinha. O português, especializando-se no tráfico em prejuízo da produção, não revelou a capacidade de *organizar* o comércio em grande; e a perseguição dos Judeus veio agravar esta desordem.»¹⁴³ Holandeses e Ingleses desrespeitaram o monopólio português, mas isso foi «obra de negociantes particulares, e não do Estado, sem ideia de conquista, nem de império, mas só com intuitos comerciais»¹⁴⁴.

A restauração da independência de Portugal trouxe ao primeiro rei da nova dinastia, João IV, inimigos poderosíssimos, dificuldades diplomáticas e militares, que acabaram por ser vencidas nas linhas de Elvas, com o exército português já instituído por bons mestres (Schomberg). «Mostrou-se o povo, mais uma vez, como

boa matéria-prima quando enquadrado por boa *élite*»¹⁴⁵
— concede Sérgio.

Na conjuntura restauracionista teve lugar a primeira tentativa para se «assentar em bases firmes a economia da metrópole», com a política do conde da Ericeira. Mas essa tentativa resultou frustrada pela «sorte grande» que foi a descoberta das minas do Brasil.

40. *A descoberta das minas do Brasil foi uma «sorte grande» que comprometeu mais uma vez os esforços reformadores da metrópole:* «A base da economia portuguesa, nessa época, era o Brasil. Quando, ao findar o século XVII, se pôs o melhor da nossa *élite* a dar balanço à vida pública, à grande empresa das conquistas, percebeu a sabedoria do infante D. Pedro de Alfarrobeira, a dos “Velhos do Restelo”; viu-se que cumpria, antes de tudo, assentar em bases firmes a economia da *metrópole*, retomar a colonização da metade meridional, interrompida pelos descobrimentos, e desenvolver a nossa indústria. Essa linhagem de pensadores e de políticos, que inclui Luís Mendes de Vasconcelos, Severim de Faria, Duarte Ribeiro de Macedo, Ericeira, Alexandre de Gusmão, D. Luís da Cunha e a seguir, o marquês de Pombal e os economistas da Academia, não fez realizar os seus desígnios. É que a “sorte grande” do Brasil (a descoberta das minas) tornou desnecessária a reformação.»¹⁴⁶

41. *A política ultramarina foi a causa persistente dos prejuízos resultantes das conquistas:* «A política ultramarina, uma vez realizada (...) nunca mais nos deixou curar as más repercussões das nossas conquistas.»¹⁴⁷

A demonstração das posições críticas do «melhor da nossa *élite*» vai ser a obra que Sérgio empreenderá de imediato com a publicação, no ano seguinte, do primeiro volume da sua *Antologia dos Economistas Portugueses* (século XVII).

Foram as minas do Brasil que fizeram do reinado de João V, cuja vida foi «um delírio de luxo beato»¹⁴⁸, «uma nauseante mistura da devoção com a sensualidade»¹⁴⁹. Porém, «tivemos uma *élite* de primeira ordem, os homens “estrangeirados”, que prepararam o marquês de Pombal e de quem este não esteve à altura»¹⁴⁹.

Finalmente, entrando já na breve apreciação da 3.^a Época, Sérgio sublinha a importância da independência do Brasil.

42. *A independência do Brasil constituiu um acto profundamente revolucionário, porque obrigou a modificar a estrutura da metrópole: «Foi esse o acto profundamente revolucionário. O caso agora era grave, gravíssimo, porque abalava os alicerces da economia portuguesa. A constituição de 22 é uma ingénua vestimenta, debaixo da qual a sociedade fica a mesma de até aí; agora, porém — ou voltava o Brasil a ser colónia, ou havia de se modificar a estrutura da nação.»*¹⁵⁰

E como o Brasil não voltou a ser colónia, teve de operar-se a transformação da estrutura do país.

43. *Mouzinho da Silveira foi o obreiro legal da reforma de estruturas: «Durante o cerco, ajudado por Garrett, e continuando a obra que começara nos Açores,*

Mouzinho da Silveira destruíra em decretos toda a estrutura económica de Portugal.»¹⁵¹

«De 1834 a 50 vêem-se motins e contramotins, revoluções e contra-revoluções, que denunciam a dificuldade de convertermos enfim numa estrutura particularista de auto-suficiência económica a estrutura heterónoma e comunitária consolidada em três séculos de história ultramarina.»¹⁵²

Seguindo aqui de perto a posição — e até a infeliz terminologia — de Oliveira Martins, Sérgio atribue ao *fontismo* «a fórmula de pacificação, graças à abundância de dinheiro nos mercados estrangeiros»¹⁵², o que facilitou os empréstimos, tal como se outras minas se tivessem descoberto, como se outro Brasil surgisse.

O problema básico da nacionalidade consiste, afinal, na mudança efectiva da estrutura do país, o que, porém, sempre havia sido prejudicado por factores supervenientes de circunstância, da «sorte grande» como Sérgio dizia, fossem eles a descoberta das minas do Brasil ou a política especulativa dos empréstimos.

As suas últimas considerações já não respeitam ao problema básico da nacionalidade. Lembrando-se que o *Esboço* se destinava à introdução a um *Guia de Portugal*, Sérgio acha por bem pôr de sobreaviso os visitantes estrangeiros quanto aos efeitos estéticos que resultavam do que ele chamou a «invasão de uma burguesia bárbara». Eram pruridos estéticos que ele procurava salvaguardar, antecipando-se na denúncia:

«O liberalismo, para o viajante, traduz-se numa subversão total das tradições artísticas nacionais; é a invasão de uma burguesia bárbara, que desbarata o património artístico, destrói monumentos, inça o país de

chalets horríveis, de mobiliários torpes, de camelote ignóbil. Pouco antes de 90 inicia-se uma reacção, que triunfa hoje. Há já agora uma *élite* artística; não há ainda, porém, uma *élite* política e científica com forças bastantes para enquadrar a massa (moralizando a actividade anárquica dos políticos profissionais) e torná-la digna, finalmente, da gloriosa história dos seus avós.»

153

VI / AS DUAS POLÍTICAS NACIONAIS (1924-1925)

Desde 1918, Sérgio aparece-nos particularmente voltado para a elaboração de um projecto de reformação nacional.

A participação de Portugal, sob o móbil do colonialismo, na grande guerra imperialista que assolou principalmente a Europa entre 1914 e 1918, fizera evidenciar ainda mais as tensões sociais que a República não sanara. Sérgio reconhece-o numa breve alusão, de 1949, que infelizmente não foi desenvolvida: «A propaganda republicana e a instauração da República traduziram-se talvez por certa pausa ou desvio no movimento para a democracia social entre nós.»¹⁵⁴

A República não tinha, portanto, já o vimos em capítulos anteriores, resolvido o que para Sérgio eram os problemas básicos da Grei: o problema económico-social e o problema cultural, este considerado sobretudo na necessidade de se criar uma nova mentalidade que não fosse mítica mas capaz de encarar com realismo os problemas que se punham à sociedade portuguesa. A ilusão de uma «República Nova», a que Sidónio Pais

tentou dar expressão com a sua ditadura presidencialista (5-XII-1917 a 14-XII-1918) conduzira por sua vez a uma feroz repressão, quer dos seus inimigos políticos, quer das massas trabalhadoras e forças sindicalistas. O assassinato do caudilho saldaria, ao cabo de um ano, o que foi a primeira tentativa de instauração em Portugal do domínio violento da grande burguesia, aquilo que mais tarde, com o triunfo de Mussolini na Itália (1922), passaria na linguagem política a designar-se por fascismo.

Nesse período, Sérgio tentou desempenhar o papel de *clerc* (uma espécie de Oliveira Martins do tempo da *Vida Nova*), criando para isso uma revista de especialistas que se encarregariam de preparar as reformas consideradas mais urgentes: *Pela Grei* (Lisboa, 1918-1919), que ele dirigia, foi a «revista para o ressurgimento nacional pela formação e intervenção de uma opinião pública competente», cujo programa, lançado em Fevereiro de 1918, preconizava que as reformas fossem realizadas por «especialistas competentes apoiados num governo nacional, o qual se apoiaria por seu turno num movimento de opinião pública»¹⁵⁵.

Politicamente, assentava a sua estratégia na convicção de que a República se desviaria «da sua orientação jacobina, de sectarismo estreito, tirânico e negativo»¹⁵⁶ e, por outro lado, de que se a Nação não tomasse decididamente o caminho da reforma, «os governos desabarão estrondosamente, a Nação terá a sorte que tem a Rússia, e pior ainda»¹⁵⁷. Situava-se, portanto, na encruzilhada de visão apocalíptica que o mundo da burguesia percecionara ao saber da tomada do Poder na Rússia pelos Sovietes quando da Revolução

de Outubro de 1917. Mas tirava daí alento para prosseguir, agora com mais afinco, na obra reformadora em que se empenhara desde o final de 1910 ¹⁵⁸.

E, com efeito, era retomando algumas das proposições já enunciadas em trabalhos anteriores que assentava o seu programa. A crise portuguesa, aberta desde há um século pelas invasões napoleónicas e pela perda do Brasil ¹⁵⁹, impunha agora, face à guerra e seus encargos, a «necessidade inadiável de duplicar a produção do país, assegurando ao mesmo tempo um melhor equilíbrio das suas classes, uma mais justa distribuição dos encargos e benefícios, e actividades mais concordes com o bem da comunidade», o que, por sua vez, exigia «imperativamente, transformações profundas e imediatas na estrutura social e na do Estado» ¹⁶⁰.

Era um programa social-democrata o que Sérgio assim preconizava em 1918: difusão do crédito, posto «ao alcance de todas as classes produtoras e operárias», reestruturação bancária, medidas de fomento, correspondentes reformas sociais (desenvolvimento do mutualismo e «generalização da riqueza com maior justiça distributiva dentro dos princípios de propriedade»), e correlativas medidas pedagógicas, com adopção de novos métodos de ensino. Tudo isso, por sua vez, ordenado de modo a que cada uma dessas medidas convergisse para o bom efeito de todas as outras ¹⁶¹. Era, enfim, no âmbito de uma perspectiva reformista, um projecto global de planificação.

Para alcançar aquele desiderato, a revista propunha-se ser o farol, o guia intelectual: «O primeiro passo seria conhecer as necessidades do País e elaborar o seu pensamento, para depois lho restituir já completo,

coordenado e nítido, de maneira que a Nação encontrasse a expressão consciente do seu próprio espírito, e nesta revista uma espécie de guia que ela a si mesma se ditasse, depois de haver sondado e esclarecido as suas necessidades e aspirações.»¹⁶²

Com vista à seriação dos problemas, logo o primeiro número aparecia com estudos sectoriais: sobre a situação demográfica (Silva Teles), a situação económica (Ezequiel de Campos), a financeira (Barros Queirós), a política (F. Reis Santos), a intelectual (Raul Proença) e, enfim, a situação moral e social (João Perestrelo, António Sérgio, A. Reis Machado). Nos seis números que ao todo foram publicados, *Pela Grei* contou sobretudo, para além de Sérgio, com a colaboração assídua de Ezequiel de Campos (autor de *A Conservação da Riqueza Nacional*, Porto, 1913) de quem o director da revista viria a dizer que era «um dos poucos homens de orientação concreta, social-económica, que a República tinha ao implantar-se, e que logo tratou de lançar às malvas»¹⁶³.

Dedicada, sobretudo, à pedagogia e à economia social, *Pela Grei* veio assim a enunciar um programa geral de reformas que, segundo Sérgio, «serviu de modelo a todos os programas que depois apareceram»¹⁶⁴.

Uma vez desfeita a ilusão sidonista da «República Nova», a tendência reformadora de Sérgio vai retomar fôlego no ambiente mais solidamente republicano que se seguiu à intentona monárquica, com a implantação precária, em Janeiro de 1919, da Monarquia do Norte. Pode dizer-se que foi a partir de aí, com o forte apoio das massas então mobilizado, que a República verdadeiramente tomou um cariz social.

Com a nomeação nesse ano de 1919 de Jaime Cortesão para director da Biblioteca Nacional, lugar que vai ocupar até 1927, Sérgio passa a frequentar, com Aquilino Ribeiro, Sarmento Pimentel, Raul Proença e outros, as tertúlias que regularmente se reuniam no edifício, dando assim origem à designação do Grupo da Biblioteca, nome que ficou consagrado.

No seio desse Grupo germinaram e efectivaram-se com persistente tenacidade alguns dos mais notáveis empreendimentos culturais e iniciativas democráticas dos últimos anos da Primeira República, com vista à reforma da vida mental e política do país ¹⁶⁵. Foi aí que encontrou acolhimento a ideia da publicação em separata do *Bosquejo da História de Portugal*, de Sérgio, em 1923. E daí saiu também o encorajamento para os homens da *Seara Nova* participarem no governo de Álvaro de Castro, com Sérgio a desempenhar, entre Dezembro de 1923 e Fevereiro de 1924, as funções de ministro da Instrução Pública, numa altura de austeridade em que se intentava realizar economias e reprimir abusos. No seu próprio dizer: «...entre políticos, ao que parece, raros se atreviam a arriscar-se então ao que tinha de desagradável o empreendimento» ¹⁶⁶.

É neste momento alto de simbiose do homem de pensamento e do homem de acção, período também de agitação social fértil na sugestão de projectos reformadores, que Sérgio aparece com uma obra que se nos afigura fulcral na sua historiografia sociológica. Trata-se do primeiro (e acabou por ser o único) volume da *Antologia dos Economistas Portugueses* (século XVII), publicado pela Biblioteca Nacional em 1924, cujo prefácio fez despertar a vocação do primeiro historiador

económico português, João Lúcio de Azevedo, o autor das *Épocas de Portugal Económico*, 1929¹⁶⁷.

Esta *Antologia* tem um grande significado, quanto a nós, por dois motivos. Por um lado, vem em reforço e em apoio documental da teoria interpretativa da história portuguesa que Sérgio começara a elaborar em 1913, e culminara em 1923 com a formulação de uma hipótese explicativa, que desviava para o campo económico as causas da *decadência*¹⁶⁸: a teoria das «duas políticas nacionais», ou seja a da Fixação (trabalho, investimento, organização, produção) e a do Transporte (comércio, conquista, privilégio, improvisação).

Na *Antologia*, Sérgio socorre-se de três autores seiscentistas para mostrar que foram eles, afinal, os que «iniciaram a doutrina da política de Fixação contra a política do Transporte»¹⁶⁹, criando-se assim uma tradição que teve seguidores no século XVIII (alude aos iluministas e à Academia Real das Ciências, e no século XIX (Herculano, Oliveira Martins, Basílio Teles). É assim ornado com os pergaminhos avoengos de uma tradição de pensamento, uma tradição já secular e um pensamento de *élite*, sustentada *hoje* por uma «pequena minoria», que dura e durará ainda enquanto durar e resistir a realidade que ela combate — «o adiamento da solução do problema nacional» — que Sérgio se apresenta entre «os partidários da construtiva Revolução na economia nacional». Isto porque, continua a repetir, «até hoje não empreendeu a República as reformas fundamentais»¹⁷⁰.

Por outro lado, a *Antologia* aparece inserida numa conjuntura em que se debatem problemas muito concretos do país, de que vai resultar a apresentação de um projecto de Reforma Agrária, que a Primeira

República, quase no termo do seu curso histórico, tentou ainda empreender.

Vejamos esses dois aspectos: o da fundamentação histórica e o do apoio aos projectos da Reforma Agrária.

Os três autores seiscentistas que aparecem na *Antologia* como incitadores da doutrina da política de Fixação contra a do Transporte, são Luís Mendes de Vasconcelos, Severim de Faria e Duarte Ribeiro de Macedo. Sérgio apresenta-os nessa perspectiva inovadora: «Quando, ao abrir o século de Seiscentos, se manifestam a toda a luz as desastrosas consequências da nossa política ultramarina (digo a de Portugal e a de Castela, porque foi idêntica a orientação nos dois países peninsulares), lançou-se o melhor do nosso escol a dar um balanço à vida pública, pregando a urgente necessidade de pôr na base da vida económica a produção metropolitana, e não, como até aí, o comércio do ultramar.»¹⁷¹

É assim que o texto antologado de Luís Mendes de Vasconcelos (*Sítio de Lisboa*, 1608) aparece a sobrelevar a agricultura como factor de política de Fixação, ao mesmo tempo que sublinha o aspecto negativo do despovoamento: «Quantos cresceram em Lisboa, faltam no Reino: e assim acrescentaram em dobro a necessidade dela: porque nela têm necessidade de provimento, e no Reino falta quem o granjeie.» Comenta Sérgio: «Aí temos a anemia nas profissões produtivas, e o congestionamento nas não produtivas, dado como mal de raiz na sociedade portuguesa.»¹⁷²

Severim de Faria (*Notícias de Portugal*, 1655) insere-se também na linha de defesa da política de Fixação, sobrelevando a importância tanto da agricultura como da indústria. Acontece até que, mais incisivo que

Vasconcelos, chega a apresentar o que se pode considerar uma justificação ou a fundamentação histórica da Reforma Agrária:

*«Por onde podemos ter por certo que, em se dando este privilégio [casa para residir], a maior parte das grandes herdades que hoje há em o Alentejo, e quase estão feitas em desertos, se verão povoadas e cultivadas de todo o género de plantas e feitas uns jardins. De maneira que com este benefício não somente crescerá a multidão do povo, mas a abundância do trigo, de que este Reino carece, não por defeito natural, mas pela cobiça de alguns que procuram ter e acrescentar a grandeza das suas herdades; as quais, quanto maiores são, tanto menos se cultivam, assim porque não há herdades tão possantes que tenham cabedal para tão grandes lavouras, como porque quanto maior é a herdade, em tantas mais folhas se reparte; e tendo uma herdade muitas folhas, não se semeia mais que uma, e as outras ficam sem dar fruto e são causa de faltar o trigo no Reino.»*¹⁷³

Sérgio acrescenta que, se o Autor vivesse no nosso tempo, teria de mencionar ainda como medidas complementares: obras de irrigação, granjas modelos, acréscimo pecuário, assistência técnica, florestamento, obrigação de cultivar, facilidade de crédito, fomento dos sindicatos, etc.¹⁷⁴.

Quanto a Duarte Ribeiro de Macedo (*Discurso sobre a Introdução das Artes no Reino*, 1675), fala do défice da balança comercial e conclui pela necessidade de fomentar a produção, o fabrico de artigos necessários ao consumo, para que não tenham que ser adquiridos no estrangeiro com a conseqüente hemorragia de dinheiro. Sérgio evidencia esta passagem, cujo conteúdo coincide

no essencial com uma das suas ideias mestras (ver proposições n.ºs 17, 20, 35).

«Se as obras de que necessitarem forem estrangeiras, será dos estrangeiros a utilidade que a nossa indústria descobrir nelas e o nosso trabalho cultivar, e viremos a ser no Brasil uns feitores das nações da Europa, como são os Castelhanos, que para elas tiram das entranhas da terra o ouro e a prata. [...] A introdução das artes há-de obrar que sejamos senhores úteis do Brasil; e a falta delas, que seja das nações da Europa o domínio útil daquele Estado.»¹⁶⁹

A verdade é que a política de fomento industrial foi logo em seguida frustrada pela «sorte grande» que foi a descoberta das minas no Brasil, que nos transformou, aliás como Ribeiro de Macedo advertiu, em «feitores das nações da Europa».

Nas «Notas Preambulares» antepostas à *Antologia*, assim como salienta a importância das medidas fomentadoras preconizadas pelos três autores seiscentistas, Sérgio enumera também os obstáculos históricos que, em períodos sucessivos, inviabilizaram aquelas reformas: primeiro, as minas do Brasil; depois, os empréstimos do Constitucionalismo; finalmente (e é esta a novidade), as remessas dos emigrantes¹⁶⁹.

Encontrando-se, portanto, confirmado na *Antologia* o essencial das ideias que levaram Sérgio a conceber a sua teoria das «duas políticas nacionais», podemos todavia colher ainda uma nova proposição, por amplificação das 24.^a e 43.^a.

44. *A política de Fixação iniciada por Mouzinho exige ainda a reforma do regime de propriedade:* «As reformas de Mouzinho foram as preliminares indispensáveis de uma

política de Fixação, que não lográmos continuar — pois à libertação do agricultor, e à garantia dos preços e de colocação, não juntámos como convinha as medidas técnicas e as jurídicas (reforma da cultura e do regime de propriedade).»¹⁷⁵

É dentro deste pensamento, aqui expresso de modo algo impreciso, que na mesma *Antologia* vamos encontrar, em anotações dispersas no final do volume, a enumeração de algumas medidas ou meros projectos tendentes a uma tímida Reforma Agrária, ensaiados no decurso da Primeira República: de Lima Basto, em 1917; de António Granjo, em 1920; de Sá Viana e Santos Garcia, em 1922; de Américo Olavo, também em 1922; e, finalmente, do seu amigo Ezequiel de Campos, em 1924¹⁷⁶.

Ezequiel de Campos é chamado nesse mesmo ano, em Novembro, ao governo de José Domingues dos Santos como ministro da Agricultura. Os seus projectos são então transformados em proposta de lei apresentada a 12 de Janeiro de 1925, como lei da Organização Rural. Previa a expropriação das grandes herdades do Centro e Sul, com indemnização em 36 anuidades a partir do sexto ano.

A proposta de lei não passou de projecto. Mas essa ameaça de expropriação dos latifúndios, aliada a outra que visava a nacionalização da indústria dos Tabacos, logo incitaram a reacção da grande burguesia agrária e financeira, que fez precipitar em 1926 o golpe militar contra-revolucionário de 28 de Maio.

Quando da apresentação do projecto de lei de Ezequiel de Campos, Sérgio aparece no mesmo mês a apoiá-lo numa conferência intitulada «As Duas Políticas

Nacionais» (in *Ensaio*, t. II), presidida pelo próprio ministro. É aí que explicita a sua teoria:

45. *A estrutura social é a causa dos males nacionais*: «Os males de que nos queixamos são fatalíssima consequência da estrutura social», e portanto cumpre pensar «em reformar a nossa *metrópole*, logrando enfim aquele equilíbrio (que há mais de três séculos se está buscando) da política do Transporte com a política da Fixação, da Circulação com a Produção — saneando assim a própria fonte da nossa expansão para o ultramar»¹⁷⁷

Na dilucidação da sua teoria sobressaem quatro componentes: a histórico-geográfica, a explicativa da complementaridade das duas políticas, a da tradição crítica, e, enfim, a conexão entre o problema económico e o problema educacional. Sérgio retoma aqui, portanto, articulando-os entre si, os diferentes elementos que anteriormente já analisara. Há outros aspectos menores que não cabem nesta análise necessariamente breve.

1. *Componente histórico-geográfica*. A política da Fixação ou de colonização interna — «fixação da gente e da riqueza, pelo emprego dos homens do nosso país»¹⁷⁷ — foi uma das obras da primeira dinastia. As doações, porém, abundaram no Sul, lançando-se por isso aí, desde o início, «os alicerces legais da grande propriedade»¹⁷⁸. No litoral, a situação dos portos — «condicionamento geográfico da independência da Nação»¹⁷⁸ — atraiu a população ao comércio marítimo, sendo o porto de Lisboa escala importantíssima no transporte dos produtos do Oriente, aqueles que da

Itália seguiam por mar para o Norte (Alemanha, Flandres, Inglaterra, etc.).

Com a irrupção dos Turcos no Levante, este comércio entrou em crise. Era preciso achar um caminho para ir à Índia sem ter que passar por terra turca. Coube a Portugal resolver este problema, que naquela época preocupava a alta finança de toda a Europa.

É a partir de então que aparecem na nossa história as duas teorias políticas nacionais: «Uma é a escola da precedência do trabalho agrícola ou manufactureiro, quer dizer, da precedência da faina de elevar o povo no território europeu em Portugal; a outra, é a escola de precedência da actividade de transporte, do tráfico, da exploração comercial dos produtos do ultramar.»¹⁷⁹ Os príncipes D. Pedro e D. Henrique aparecem a encarnar as duas teorias políticas. Aquele, liquidado em Alfarrobeira, defendia que sacrificar a produção às empresas de comércio era «trocar uma boa capa por um mau capelo».

Não há porém que discutir as Navegações: «Eram fatais, e foram impostas à nossa pátria pela própria maneira como nasceu.»¹⁸⁰

2. *Complementaridade das duas teorias políticas.* Esta é, de certo modo, uma ideia que não aparecera ainda explicitada: «A doutrina da Fixação — tal como ela nos aparece desde o século XVII aos nossos dias — não é uma ideia exclusivista: não pretende que desistamos de comerciar e de transportar; muito pelo contrário; sustenta, porém, que a actividade comercial marítima não será sólida e vigorosa se não assentarmos ao mesmo tempo, na mais pujante vitalidade, a base económica

metropolitana [...]; devem os lucros do comércio marítimo fomentar o enriquecimento em Portugal, na fabricação e na agricultura.» E ainda: « O que se critica (ou condena) na política do transporte não é o facto do transporte nem a exploração do ultramar: é o supor que tal política, *por si só*, com exclusão da outra, resolve o problema nacional.»¹⁸¹ Mais tarde esclarecerá ainda: «O que quero com a política de Fixação é que a riqueza que se obtém nas colónias se não fixe toda nos demais países: que se fixe *também* no nosso país, e *sobretudo* no nosso país.»¹⁸²

Esta explicitação conduz Sérgio, naturalmente, ao confronto das conquistas portuguesas com a exploração colonial capitalista dos Holandeses, quando nos despojaram do monopólio: distribuíam eles próprios aos mercados consumidores, fomentando a sua marinha e não a dos outros. «Nós, pelo contrário, tomávamos para nós a parte difícil, arriscada, dispendiosíssima, do trabalho do transporte, deixando aos outros o melhor proveito. E que levávamos até à Índia? Os produtos fabris da Itália, os da França, os da Flandres, os da Alemanha, os da Turquia — *de tutti quanti*. Quer dizer: limitávamo-nos ao transporte da riqueza alheia; meros agentes da Circulação, em prejuízo da Produção.»¹⁸⁰

3. *A tradição crítica quanto à política dos Transportes.* «Somos os fracos portadores de um pensamento que vem de longe»¹⁸³ — proclama Sérgio. Não calaram as nossas crónicas as várias críticas que se assacaram à política do Transporte *sem colonização*. Lembra Camões nas falas do Velho do Restelo e Sá de Miranda; no século XVII, Luís Mendes de Vasconcelos, Severim de Faria, Duarte Ribeiro de Macedo; no século XVIII,

Alexandre de Gusmão, Luís de Cunha e a plêiade de economistas da Academia de Ciências; no século XIX, Herculano, Oliveira Martins, Basílio Teles.

As «sortes grandes nacionais (as minas de ouro do Brasil, os empréstimos do fontismo)»¹⁸⁴ é que impediram que a política de Fixação triunfasse. Porque não faltaram «espíritos superiores» a perceber muito bem «que a riqueza ultramarina, sem base metropolitana, sem actividade criadora e organizadora em Portugal —pervertia, amolentava, emparasitava o velho reino»¹⁸⁵.

4. *Conexão entre o problema económico e o educacional.* Embora reconheça que «por si só a reforma da escola será insuficiente para nos reformar», insiste no que considera os «fins revolucionários da escola pública»: é que «a crise das crises para quem está em crise é a *crise intelectual*»¹⁸⁶.

Retomando a posição expressa já em 1915 (nas *Considerações histórico-pedagógicas*), defende que «os fins nacionais da escola pública hão-de ser infundir nos mancebos de hoje a capacidade para as funções *usuais* (e, sobretudo, para as produtoras, que são a indústria e a agricultura) em prejuízo das *liberais*: de serem assim os instrumentos da política de Fixação»¹⁸⁶.

As suas palavras finais são de apelo à união pelo início da política de Fixação e de apoio aos projectos do ministro presente, porque «visam uma básica necessidade da economia do País», porque, enfim, «miram ao ditame e ao clamor uníssono de três séculos inteiros do pensamento pátrio»¹⁸⁷.

O apelo não contava, porém, com os altos interesses económicos e financeiros que, quer em Portugal quer

no estrangeiro, estavam ligados à exploração colonial portuguesa. Eram suficientemente poderosos para impedir que a política de Fixação, a despeito dos *espíritos superiores* que há séculos a defendiam, pudesse triunfar antes de nos desembaraçarmos do que era, afinal, a causa do próprio mal: o colonialismo. Só cinquenta anos depois da conferência de Sérgio seria objectivamente resolvido o grave problema histórico que há séculos bloqueava o desenvolvimento social, produtivo, tecnológico e científico do país, ou seja, a viabilização da política de Fixação.

«A nossa fatalidade é a nossa história», queixava-se Antero. E Sérgio, por sua vez, afirmava: «A história, ao cabo de contas, serve sobretudo para nos libertarmos dela.» Mas, para nos libertarmos da fatalidade da nossa história, teríamos de sofrer ainda o desgaste de treze anos de guerra colonial, que só ela liquidou, com a independência das antigas colónias, os óbices seculares que se opunham à preconizada política de Fixação.

VII / NAVEGADOR DO
MAR DO FUTURO
(1929-1956)

Depois da fecundidade daqueles anos de 1923-1925, pode dizer-se que a actividade historiográfica de Sérgio, na década de 1920, só voltou a exteriorizar-se em 1929, quando da publicação, mas já no exílio, da sua *História de Portugal*¹⁸⁸.

Com efeito, uma vez instaurada no país a ditadura militar, tinha-se visto forçado a sair do país em Janeiro de 1927. Numa carta às legações estrangeiras alguns cidadãos declararam não considerar como feito à Nação um empréstimo que o governo da Ditadura estava a negociar com capitalistas estrangeiros. Sérgio, um dos signatários dessa carta, para não ser preso, teve de se ausentar mesmo antes da tentativa restauracionista de 3-7 de Fevereiro de 1927, cujo fracasso, por sua vez, atirou também para o mesmo destino outros amigos seus, praticamente todo o Grupo da Biblioteca (Aquilino, Álvaro de Castro, Jaime Cortesão, Raul Proença...), que, exilados, constituíram a Liga da

Defesa de República, mais conhecida simplesmente por Liga de Paris ¹⁸⁹.

Depois, a vida de Sérgio sofre, acompanhado da esposa, as vicissitudes da adversidade política no seu primeiro exílio, que durou sete anos. Grande amigo do cientista Paul Langevin, trabalhou para editores, escreveu para revistas, deu lições e chegou mesmo a ser director de diálogos em estúdios cinematográficos (*Paramount*).

A edição espanhola, a primeira, da sua *História de Portugal*, que só 43 anos mais tarde, depois de morto o Autor, seria editada no país, corresponde, como o *Bosquejo* (de 1923), ao objectivo de dar aos estrangeiros uma panorâmica da história nacional, tornando porém os factos inteligíveis: «O próprio da minha obra é o fio de ideias que os seleccionou», afirma na Advertência. O catedrático espanhol Juan Moneva y Puyol, que a traduziu do original português, punha em relevo no Prólogo a inovação desta obra, síntese do trabalho do Autor como sociólogo e como político: a de ter criado uma filosofia da História de Portugal que as investigações mais recentes de eruditos confirmavam ¹⁹⁰. Nela se encontram as ideias mestras da sua interpretação sociológica, que vimos surgir em diferentes trabalhos a partir de 1913.

Apesar da autocensura do próprio Autor, a *História* foi desde logo proibida de circular em Portugal. Mas já essa edição de 1929, como agora a edição integral, que, desde 1972, corre finalmente entre nós sob o título *Breve interpretação da História de Portugal* (em sete anos sete edições) documenta o essencial do método historiográfico de Sérgio, assente no critério de que é «mais interessante um esquema da evolução da nossa

estirpe e dos grandes problemas nacionais (...) que a enumeração de nomes de secundária importância e de muitos acontecimentos de menor valor»¹⁹¹.

O esquema da obra é simples e corresponde às ideias já bem elaboradas e assentes do Autor, que considera as três épocas designadas no *Bosquejo*. A expansão marítima é apresentada como missão histórica do nosso país, viabilizada pela vitória burguesa na Revolução de 1383-1385, e sublinha a importância que nela teve o humanismo científico português. Os germes da decadência nacional resultam, em contrapartida, do sistema das conquistas iniciado por Albuquerque, do monopólio centralizador da Coroa, da expulsão dos Judeus e da supressão pela Inquisição do pensamento criador. A intervenção reformadora dos «Estrangeirados» inicia, por seu lado, as tentativas de remodelação da Metrópole, para o que acabará por ter importância fundamental a proclamação da independência do Brasil. Mas tudo o mais que diz sobre a Época Contemporânea portuguesa, inculcado por Oliveira Martins, é um acervo de afirmações simplistas e incógnitas que deixam os leitores decepcionados quanto à inteligibilidade desta Época. De resto, Sérgio usa aqui e abusa, como já fizera em 1915, das expressões martinianas, flutuantes nos termos e indefinidas nos conteúdos — «comunismos burocráticos», «comunismo do Estado», «ultracomunismos», «comunismo da ociosidade».

Depois de 1929, só bastante mais tarde, já regressado do exílio, aparece novo trabalho historiográfico de Sérgio. É, em 1941, o primeiro volume, constituído pela Introdução Geográfica, do que pretendia que fosse um compêndio popular da *História de Portugal*. Mas este

empreendimento teve a sina, também, da perseguição policial: «Uns quinze dias depois de ter saído a público, assomou a policia nas lojas dos livreiros, e apreendeu os exemplares que por lá se achavam.»¹⁹² Desta obra, cujo primeiro volume só postumamente foi reeditado sob o título de *Introdução Geográfico-sociológica à História de Portugal* (1974), escreveu o próprio Autor:

«Obra de pedagoga e de aprendiz de filósofo, de apóstolo do civismo e de reformador social. Isso só; nada mais. O que eu ambicionava (outrossim neste caso) era actuar na mentalidade dos meus compatriotas mais novos, levando-os a encarar os sucessos pátrios, não como artistas de belas “ressurreições do passado”, não com as basólias do patriotismo historista, senão que na atitude do observador sociólogo, do homem que luta pela emancipação do povo. Com o espírito dos que entendem que o humano valor de uma época se não mede pela refulgência dos seus feitos bélicos, pelo fausto da vida das suas gentes ricas, pelos edifícios construídos, pelas magnificências do Estado, mas pelo esforço de justiça para com a grande maioria do povo. (...) Por baixo dos ouropéis dos vários passados séculos, das suas acções clamorosas, das suas desumanas “glórias”, observemos as realidades do duro viver quotidiano, as férreas necessidades que se foram impondo aos homens, os interesses desenfreados, o guerrear das classes: e isto com o intuito de nos preparar o espírito para a façanha positiva que este nosso tempo exige: a de educar os míseros para a boa emancipação de si mesmos, para se libertarem das injustiças que foram surgindo outrora e que têm vindo a perpetuar-se por tradição maléfica. É para esta finalidade, educativa e

pragmática, que eu escrevo sobre temas de natureza histórica.»¹⁹³

Além das arremetidas da polícia militarizada, esta obra sofreu-as também da polícia intelectual, pelo que, contra «um agressivo Censor-erudito», Sérgio publica no mesmo ano o opúsculo *Em torno da designação de Monarquia Agrária dada à primeira Época da nossa História*¹⁹⁴. É um trabalho de polémica em que, com evangélica paciência de pedagogo explica «as explicações já dadas, e as explicações das explicações já dadas — a fim de dar réplica, não a inteligentes e sinceras (o que me seria gratíssimo) mas a “pulverizações” absurdíssimas, que a paixão inspira»¹⁹⁵. Recapitula, pois, as suas hipóteses sobre o papel histórico da economia do mar desde a primeira Época, e contesta as abusivas misturas que, a propósito dos Descobrimentos, os historiógrafos oficiais pretendiam impor (e impuseram de facto por bastante tempo) da história com a religião. A partir da explicação das condições de inteligibilidade dos dados — «o que mais me persuade da realidade de um facto é perceber-lhe a ligação com as suas condições de existência»¹⁹⁶ — conclui que é esse critério que «nos leva a rejeitar a suposição pueril de que os motivos mais ponderosos da nossa acção marítima — os motivos decisórios, os verdadeiramente fortes — foram religiosos, e não económicos»¹⁹⁷. «Nada: comércio é uma coisa, e santidade é outra. Quem nos vem afirmar que é religião de Cristo o tráfego de comprar e de vender escravos?»¹⁹⁸

Sérgio afadiga-se ainda, a propósito de uma insinuação malévola do seu antagonista, a explicar, apoiado em Langlois e Seignobos, o que é essencial para a construção histórica, mas que os Censores-eruditos não conseguem compreender, ou seja, que «os trabalhos

dos eruditos não têm alguma razão de ser senão na precisa medida em que são utilizados pelos historiadores», sentença esta que — insiste ele — «traduzida em termos de “intelectual” lusitano, soaria assim: os trabalhos dos eruditos não têm alguma razão de ser senão na precisa medida em que são *plagiados* pelos historiadores. Quanto a mim, que nem como *historiador* me pretendo dar, mas como simples *ensaísta* sobre a nossa história, comecei logo por prevenir o público de que a respeito das pedras com que irei construir, *todo* o meu edifício virá a ser um “plágio”. As pedras de construção serão *todas* “plágios”. Não me acusem de “plagiar” esta ou aquela pedra, que desde logo lhes disse que “plagiarei” em *todas*. Só a traça da construção é que virá de mim, só o raciocínio, só o pensamento, só as relações, as críticas, as interpretações, as ideias»¹⁹⁹.

Mas, enfim, os tempos corriam violentamente adversos à actividade intelectual criadora, que só em liberdade se fecunda, e Sérgio teve que abandonar o projecto da sua «malfadada *História*»²⁰⁰. Uma vez apreendido aquele primeiro volume, diz ele, «assentei em desistir da prossecução do trabalho, dando como anulada a minha combinação com o editor, e atirando para a gaveta, como triste papelada imprestável, todas as laudas que já tinha escrito para o segundo volume daquele meu compêndio»²⁰¹.

Algumas dessas laudas, que depois de esquecidas mais tarde encontra, vai integrá-las, dispersas, em dois posteriores volumes dos *Ensaíos* com os títulos: *Despretensiosos informes sobre Lusitanos e Romanos* — no tomo VIII (1958); e *Laudas escritas para o segundo volume da «História de Portugal»*, na segunda edição do tomo IV

(1959). São notas soltas, desarticuladas, porventura apontamentos ainda de leituras (Oliveira Martins, Alberto Sampaio), na busca de uma arquitectura de exposição para explicar a fusão ou absorção dos Lusitanos, Romanos e povos de língua germânica na Península Ibérica, antes da criação propriamente de Portugal como nação. Trata-se, no primeiro texto, de uma tentativa de interpretação crítica quanto às posições rácicas que ao tempo predominavam (Oliveira Martins, Basílio Teles), contrapondo-lhes explicações socio-económicas em grande parte inspiradas, quer-nos parecer, em trabalhos de Alberto Sampaio ²⁰². No segundo texto (*Laudas*), que prossegue o anterior, ocupa-se, entre outros aspectos, de conceitos socio-económicos como sejam os de *colono*, *enfiteuse* e da organização económico-social que caracterizou a Alta Idade Média — ou, como ele diz, da «antiga influência recíproca entre os Germanos e os Romanos» ²⁰³.

Só em 1945 volta Sérgio a retomar a sua actividade de crítica historiográfica, ao prefaciá-la a *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes ²⁰⁴. Este trabalho insere-se no desenvolvimento duma linha de pensamento sergiano que, desde uma nota nas *Considerações histórico-pedagógicas* de 1915, se expressou na interpretação de duas crónicas: em 1919, no «ensaio de interpretação não romântica» da crónica de Zurara sobre a Guiné; e, agora, esta de Fernão Lopes.

Na nota de 1915, com efeito, a propósito de uma passagem transcrita de Rebelo da Silva referindo que antes de meados do século XIV «já o país importava de África todos os anos, segundo diz um escritor, 388 000 moios de trigo e 670 000 de cevada» ²⁰⁵, pergunta Sérgio: «Que escritor será esse? Desde quando vinham,

e de que porto saíam esses cereais?» E notando que Rebelo da Silva parece não ter apreendido a grande importância deste «interessantíssimo caso», suspeita desde logo que o seu significado o «avaliaremos aproximando-o da mola íntima da nossa acção em Marrocos»²⁰⁶. Foi o arabista e historiador David Lopes que o ajudou a localizar em Damião de Góis (*Crónica de D. Manuel*, capítulo 14 da 3.^a parte) o tributo de trigo e de cevada pago ao rei de Portugal pelos mouros de Safim, assim como outra fonte (Edrici) indicando também que já no século XII os mouros da Espanha iam carregar trigo e cevada aos portos marroquinos. Mas Sérgio afirma, por então, encerrando a nota: «Não posso nesta ocasião fazer investigações sobre este importantíssimo problema, a que espero um dia voltar.»²⁰⁷

É a partir daqui que, em fins de 1919, retoma o tema, estando no Brasil. E explica, reportando-se àquela nota sobre factos de ordem económica que tinham sido desprezados pela historiografia, mas que lhe pareciam a ele «de grande importância para quem se aplicasse à determinação das causas essenciais e decisórias das nossas guerras de além do Estreito»: «Não reli então, para este ponto, a *Crónica da Conquista*, de Azurara [*sic*], porque não era provável, em primeiro lugar, descobrir indícios para esse meu problema nas fontes directas oficiais, onde o historiógrafo, a pluralidade das vezes, não faz menção de factos e intuitos da natureza daqueles que me pareciam de peso — ou porque ele próprio os ignorasse, ou porque seriam (em seu entender) menos congéneres à “dignidade”, já da História, já dos seus príncipes; e em segundo, porque sendo a *Crónica* o fundamento de todos os que

escreveram sobre esse feito (e nomeadamente de Oliveira Martins, em *Os Filhos de D. João I*) supus que coisa alguma tiraria dela além da versão já consagrada — a que fora aceita, e difundida, por todos os que trataram até agora das nossas conquistas e navegações. No que errei imperdoavelmente: porque de um texto determinado extraímos riquezas que escaparam a outros, se o lemos com espírito muito diferente do dos leitores que nos precederam; e porque me cumpria não esquecer quanto Oliveira Martins era romântico, quão pouco crítico na interpretação das fontes, quão dado a subordinar a narrativa histórica aos efeitos artísticos da sua bela prosa.»²⁰⁸

A hipótese que Sérgio retira da sua releitura crítica é conhecida, e não nos demoraremos a pormenorizá-la: a burguesia do comércio marítimo, com carácter cosmopolita, saída da revolução de 1383-1385, foi quem passou a impulsionar a nacionalidade, com o seu rei (João I) à frente, para realizar a sua política, sendo João Afonso, vedor da fazenda, o «representante dessa classe junto da pessoa do monarca, na sua qualidade de financista». Foi este quem, segundo o testemunho de Zurara, propôs Ceuta ao rei e aos infantes. «Conquistar Ceuta, portanto, era um acto preliminar para a solução do problema em que se empenhava o alto comércio: o do tráfico marítimo.»²⁰⁹.

Sérgio contrapunha a sua à interpretação («nociva e desnortadora») dos descobrimentos «que ouvi declamada em Portugal quando eu saía da adolescência», e por isso justificava-se: «Convencia-me, aliás, de que a minha hipótese (a de que facultáramos à Europa os políticos e os homens técnicos, os organizadores e os cabos-de-guerra, os cientistas dos problemas práticos e

os mestres marítimos de orientação científica — a *élite*, numa palavra —, capazes de executarem as ambições do alto comércio cosmopolita, resolvendo os problemas do mundo culto daquela época e realizando a façanha mais gloriosa de toda a história da humanidade) não acanhava, mas ampliava — a imponente estatura dos heróis dos descobrimentos.»²¹⁰

Porém, nem todos assim entenderam. E Sérgio, que em toda a sua obra historiográfica posterior voltou sempre a este tema, tratou-o ainda especificamente em 1925, 1932 e 1945.

Em 1925, na revista *Lusitânia*, comenta em dois breves artigos as repercussões da sua hipótese na obra de dois historiadores, David Lopes (*História de Arzila*) e Jaime Cortesão (*Tomada e ocupação de Ceuta*), uma discordante e outra confirmativa, salientando no primeiro que «só a nossa, até agora, se pode dizer que permitiu explicar» no texto de Zurara a intervenção de João Afonso, «as facilidades extraordinárias oferecidas pelos comerciantes e os processos financeiros de que o rei usou na expedição a Ceuta»²¹¹. No segundo, felicita-se por ver confirmada a sua hipótese no trabalho de Cortesão. Aliás este estudo, diz, «confirma os créditos que Cortesão ganhou de historiador de bom quilate — consciencioso, imparcial e nítido — em contraste com os jactos de paixão política da pseudo-historiografia nacionalista, muito radical nas mutuações, que veio a suceder no ritmo dos tempos à historiografia do barrete frígio»²¹².

Em resumo, dizia Sérgio: «Para mim o importante nesta grave questão, é dar ou não dar o enorme salto daquela atitude tradicional e cómoda com que se repetiam os dizeres do cronista e se alegava o

aventureirismo da nossa raça (ou a sua inconsciente exuberância vital, de que nos fala o Oliveira Martins) para a nova atitude prescrutadora e crítica — *problemática* — que se vê na formulação da minha hipótese.»²¹³

Em 1932, portanto em Paris no exílio, Sérgio polemiza com o autor de «uma tese de concurso para professor de História, apresentada a uma Universidade há mais de dois anos»²¹⁴. Reprova-lhe que tenha confundido o método analítico, que é o da descoberta, com o método sintético da exemplificação. E, depois de se demorar a explicar, além da teoria do facto, do testemunho e outras, que «a única verificação de uma hipótese histórica (refiro-me às relativas aos movimentos gerais) é a própria coerência do conjunto de ideias a que preside a hipótese que se imaginou»²¹⁵, agradece ao «sanhudo inimigo que me acutilou» o «seu furor belicoso»²¹⁶ para pedir que «ao lado de Miragem Retórica (formosíssima dama) e do Historicismo Arquivístico (cavalheiro imponente)» haja também «uma funcãozinha activa para as empresas tímidas da Problemática»²¹⁷.

Em 1945, o ensejo de voltar ao tema surge-lhe com o referido prefácio à *Crónica* de Fernão Lopes. Descrevendo a situação social que precedeu a subida ao Poder de João I, Sérgio caracteriza-a como sendo «a da luta de classes» e do abalo económico provocado pela peste de 1348²¹⁸. Por isso considera justificado o título que tem dado à crise de 1383-85, tão airosoamente descrita pelo cronista, de «revolução burguesa», «(da alta burguesia, claríssimo está, em oposição à nobreza e ao *pequeno* burguês «homem bom»²¹⁹). A burguesia de Lisboa e do Porto estava «ansiosa de subordinar a organização política aos seus planos especiais de

navegação e de tráfico servindo-se para a consecução desse fim supremo da luta económica que há muito existia entre a classe média dos “homens bons” e a massa enraivecida das multidões operárias»²²⁰ devido à luta pelos salários. Com o desfecho da crise, que Sérgio conexas com a Guerra dos Cem Anos, que «no seu aspecto mais fundo, vem a ser, na realidade, uma revolução social, com a entrada dos burgueses na vida pública da França»²²¹, a «cavalaria senhorial ia desaparecer no ocaso» depois da vitória, em Aljubarrota, do «exército de organização burguesa». É então que, fazendo-se de gente nova uma aristocracia nova, a «hoste dos legistas — representantes letrados da nova classe burguesa, e introdutores persistentes do direito imperial romano — dedicar-se-á desde agora a colocar os reis numa posição convinável para outra sorte de prélidos, que hão-de levar Portugal à efectivação progressiva de objectivos burgueses e comerciais-marítimos: buscar o ouro do Senegal ao longo da costa africana, atingir o cravo e a pimenta lá nos confins de outros mundos»²²¹, enfim, «a vitória da concepção burguesa que é a chegada de Gama a Calicute»²²².

A síntese desta linha de pensamento aparece mais tarde no estudo que escreveu para uma edição (de Castro Soromenho, 1956-1957) da *História Trágico-Marítima*, reproduzido no tomo VIII dos *Ensaio*s. É a abóbada, pode dizer-se, com que encerra a sua obra de interpretação da História de Portugal.

Na realidade, sintetiza, numa panorâmica genérica, a curva evolutiva da história do país que levou aos Descobrimientos, numa visão já não apenas nacional mas da história da Humanidade, ou seja «a empresa de dominação das vias de comércio dos povos da Europa

com as gentes da Ásia», problema que paira «em toda a história do nosso velho continente desde os tempos longínquos das guerras médicas»²²³, como mostra na análise a que procede neste ensaio. A política de conquista iniciada por Albuquerque é que «estragou tudo definitivamente»²²⁴: a empresa mais retumbante e afamada de todas — «ou seja a das conquistas nas costas da Ásia e do transporte dos produtos orientais para a Europa — foi realizada de maneira estúpida, com cupidez desaustinada, à louca, e por isso ruínoza para Portugal. Espalhando-nos à larga pelos mares do Oriente, operamos uma revolução no comércio do Mundo; todavia, ao passo que o tráfico dos produtos asiáticos opulentava os Venezianos e os Genoveses (e já anteriormente, nos tempos antigos, o Império Persa; e depois do nosso intervento, do século XVII até o século XX, os Britânicos e os Batavos) a nós não nos trouxe real vantagem. O rei de Portugal endividou-se; os navios ingleses e holandeses expulsaram-nos da navegação nos mares da Ásia (o que é muito duvidoso que tivessem logrado se houvéssimos procedido com inteligência, tendo barcos sólidos, com comando eficiente, a dominarem nos mares); e foi rápida a queda, como toda a gente o sabe»²²⁵

Sérgio não se esquece de ligar essas causas históricas aos factores subsistentes da incapacidade crítica de as analisar: «Talvez estes pontos passem a ser entendidos quando os homens do nosso escol intelectual e político comecem a *pensar* a nossa própria história, em vez de a *cantarem* com exaltação patrioteira — mais ou menos convencional, e mentirosa, e hipócrita — e quando deixem de exaltar os procedimentos vistosos, em prejuízo dos inteligentes, advertidos, práticos, e por isso

de préstimo para a nossa Grei. Quando desprezarmos esses palavreados turvos a que se chama “filosofia” em Portugal.»²²⁶

Aproveitando o texto da *História Trágico-Marítima*, exemplifica como se processou a decadência: «Por via de regra, o capitão [a quem o rei concedia, “em vez de honesta soldada, o ensejo de chatinar e de rapinar no Oriente”] era um fidalgo que ia enriquecer algures, como um chatim apressado; combatente intrépido, ganancioso enérgico, mas que nada percebia de questões de náutica.»²²⁷ Por isso, a história trágica: «Da nau — tudo para as funduras, numa convulsão de horror; e entre esse tudo os escravos, que tinham embarcado em ferros (era a “civilização cristã”).»²²⁸ «...enfim o naufrágio de tantas naus da carreira — a “história trágico-marítima”, em suma — já de si suficiente para nos levar ao fracasso a que se tem chamado “a decadência de Portugal”. Não houve decadência, mas os naturais efeitos de orientações erradas, da falta de ordenação»²²⁹.

E relembra Sérgio, a terminar: «Propus-me uma finalidade que é essencialmente pedagógica; encarar as navegações do passado com o espírito de um navegador do Mar do Futuro, de um descobridor de Cosmópolis, de um amador da intrínseca aspiração à Unidade — e do que é transistórico, e do que é racional. Porque ambas as coisas me parecem necessárias — e bem necessárias — para a faina generosa que o nosso tempo exige.»²³⁰

Sérgio, que saibamos, não voltou mais à história. Mas voltou mais uma vez à prisão. Depois de regressado do seu primeiro exílio em Paris, tinha sofrido uma prisão de oito meses, seguida de segundo exílio em

Madrid. Agora, no ano seguinte ao da publicação deste seu último estudo historiográfico, volta a sofrer as agruras do cárcere, aos 75 anos de idade. Aos 22 de Novembro de 1958, Salazar ordenou a sua prisão juntamente com as do historiador Jaime Cortesão (74 anos), do professor e filósofo Vieira de Almeida (71 anos, o mais jovem) e do professor e agrónomo Mário de Azevedo Gomes (80 anos). Com o general Humberto Delgado, que nesse ano fora candidato à Presidência da República, tinham assinado uma nota de esclarecimento sobre a vinda a Portugal do *leader* trabalhista inglês Aneurin Bevan, visita que o governo português proibiu com a complacência da diplomacia britânica.

Sérgio ficará silencioso até ao final da sua vida, a 24 de Janeiro de 1969. E já no cemitério, à hora de enterrar, ainda a polícia carregou sobre a multidão que o acompanhava naquela tarde fria e chuvosa.

Passava-se isto no «Reino Cadaveroso»²³¹, a pátria colonial do obscurantismo. Era ainda, como lhe chamou Sérgio, em termos de cáustica e amarga ironia, a «Ilha da Purificação».

NOTAS

¹ In *A Águia*, n.º 9 (2.ª série), Porto, Setembro de 1912, p. 75.

² In *Obras Completas*, I, Lisboa, Livros Horizonte, 1974, pp. 219-220. Já Herculano tinha defendido que a história devia preocupar-se mais com a sociedade do que com os indivíduos, mais com as instituições do que com os acontecimentos.

³ In *Ensaios*, t. IV, p. 199.

⁴ *Idem*, p. 211.

⁵ «A única verificação de uma hipótese histórica (refiro-me às relativas aos movimentos gerais) é a própria coerência do conjunto de ideias a que preside a hipótese que se imaginou. Assim sucede precisamente, com as hipóteses gerais das ciências físicas. A prova da hipótese — repito — é a grande clareza com que nos faz ver as coisas, a unidade inteligível que introduz nos factos, nos testemunhos variados, nas percepções havidas. É essa a prova, e essa só» (in *Ensaios*, t. IV, p. 207).

⁶ *Ensaios*, t. IV, p. 84.

⁷ *Ensaio*s, t. IV, p. 213. Em 1956, repetirá ainda, aludindo a Goethe («Escrever história é uma maneira de nos libertarmos do passado», legenda que utiliza no t. II dos *Ensaio*s a abrir a conferência sobre «As duas políticas nacionais»): «Não me sinto com a bossa da erudição e da História. O passado como passado não me traz calor. Só dele me recordo para me libertar do seu peso» (*Ensaio*s, t. II, p. 5). Ou, noutros termos: «Só do antigo me ocupo para me desenhencilhar do que é histórico, das tradições, dos dogmas; para inculcar a problemática, a liberdade e a crítica» (id., p. 6).

⁸ «Divagações proemiais» à *Introdução Geográfico-Sociológica à História de Portugal*, p. 3.

⁹ *Ensaio*s, t. IV, p. 211.

¹⁰ Idem, p. 4.

¹¹ *Ensaio*s, t. I, p. 45.

¹² *Ensaio*s, t. IV, p. 224.

¹³ Idem, p. 206.

¹⁴ Idem, p. 208.

¹⁵ *Ensaio*s, t. II, p. 21.

¹⁶ *Ensaio*s, t. II, p. 28.

¹⁷ *Bosquejo histórico*, p. 56.

¹⁸ Neto do visconde de Sérgio de Sousa (António Sérgio de Sousa, 1809-1878), que foi vice-almirante, governador interino de Angola (1851-1854) e governador-geral da Índia (1878); emigrante liberal em 1831, esteve na Inglaterra, nos Açores e no cerco do Porto; quando da Patuleia (1846-1847), bloqueou a barra do Douro na corveta *8 de Julho*; foi em 1849 o fundador de Moçâmedes.

Quanto ao pai, do mesmo nome (António Sérgio de Sousa, 1842-1906), foi também oficial da Armada (vice-almirante), ajudante do governador de Angola (1868) e

do de Macau (1869), governador do distrito de Dio (1878), secretário-geral do governador (seu pai) do Estado da Índia, governador do distrito de Damão (até 1883), e do Congo (1890), tendo regressado à metrópole em 1894. Em 1873 dirigiu em Luanda *O Meteoro*, publicação dedicada aos problemas económicos e administrativos de Angola.

¹⁹ Vasco Magalhães Vilhena, in *Homenagem a António Sérgio*, Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1976, p. 129. Neste volume colaboram também: António da Silveira, Joel Serrão, David Mourão-Ferreira e H. J. de Barahona Fernandes. Ver também: V. de Magalhães-Vilhena, *António Sérgio, o idealismo crítico e a crise da ideologia burguesa*, 1965, 2.^a ed., Lisboa. Edições Cosmos, 1975; Joel Serrão «Para uma Apologia de António Sérgio», in *Portugueses Somos*, Lisboa, Livros Horizonte, 1975; e Rogério Fernandes, «Cartas de A. Sérgio a Álvaro Pinto», in *Ocidente*, Setembro e Outubro de 1972.

²⁰ Em 1911, in *A Águia*, n.ºs 5 e 7; em 1923, in *Homens Livres*, n.º 1; em 1934-1935, in *Seara Nova*, sob o pseudónimo de Álvaro de Clarival; e em 1969 também na *Seara Nova*.

²¹ Gomes Bento, *O Movimento Sindical dos Professores*, Lisboa, Editorial Caminho, 1978, p. 79.

²² *O Problema da Cultura*, 1914, p. 9.

²³ A. Campos Matos, *Bibliografia de António Sérgio*, Coimbra, Vértice, 1971, p. 46.

²⁴ In «Prefácio» à 2.^a edição dos *Ensaio*s, t. IV, p. 4.

²⁵ In «Prefácio» à 1.^a edição dos *Ensaio*s, t. I, p. 55.

²⁶ In «Prefácio» à 2.^a edição dos *Ensaio*s, t. I, p. 33.

²⁷ In «Prefácio» à 2.^a edição dos *Ensaio*s, t. V, p. 9.

²⁸ «Livro de pedagogia social e de política (e não de crítica literária e estética)», sublinhou Sérgio quando

definiu, 29 anos passados, o sentido do I volume dos seus *Ensaio*s, aparecido em 1820 (in *Ensaio*s, t. I, 1949, p. 5). «À crítica dos aspectos sociais das obras não daremos o nome de crítica literária, mas de crítica política, ou de história social ou de pedagogia social, ou de coisa que o valha.» «Nunca armei em pedagogo da arte literária, mas da vida cívica» (id., p. 10).

²⁹ *Bosquejo*, 1923, p. 58.

³⁰ In «Prefácio» à 2.^a edição dos *Ensaio*s, t. I, p. 48. Já em 1925 se referia assim à «atmosfera de espírito em que me achei envolto ao tempo em que saía da adolescência». «*Miragens* retóricas, e mais miragens!» (in *Ensaio*s, t. IV, p. 210).

³¹ In «Prefácio» à 1.^a edição dos *Ensaio*s, t. I, p. 55.

³² Idem, p. 56.

³³ In «Prefácio» à 2.^a edição dos *Ensaio*s, t. I, p. 33.

³⁴ In «Prefácio» à 1.^a edição dos *Ensaio*s, t. I, p. 66.

³⁵ Idem, p. 60.

³⁶ Idem, pp. 66-67.

³⁷ Idem, p. 59.

³⁸ Idem, p. 58.

³⁹ In «Prefácio» à 2.^a edição dos *Ensaio*s, t. I, p. 35. Não pode deduzir-se que Sérgio fosse necessariamente contra a separação da Igreja e do Estado. Ele insurgia-se porque os republicanos não consideravam os outros problemas, prioritariamente o económico e o educativo.

⁴⁰ Idem, p. 37.

⁴¹ O estudo *Da Natureza da afecção*, publicado em separata da *Revista Americana* (Rio de Janeiro, 1913), parece ter sido o primeiro capítulo de um trabalho sob o título geral de «Ensaio

sobre Antero (Barahona Fernandes, in *Homenagem*, p. 95).

⁴² *O Problema da Cultura e o Isolamento dos Povos Peninsulares*, Porto, Renascença Portuguesa, 1914, p. 11.

⁴³ *Idem*, p. 12.

⁴⁴ A linha não poética (nem mística, nem tradicionalista) da Renascença Portuguesa era essencialmente personificada, além de Sérgio, por Jaime Cortesão e por Raul Proença. Este já em 1911 se contrapunha a um dos mentores poéticos da Renascença, o *saudosista* Teixeira de Pascoais, ao delinear um programa que garantisse à sociedade portuguesa, «saída há pouco de uma revolução triunfante», o nosso futuro para «dar uma alma nova à nossa nacionalidade, despertar acção e vida nesta experiência de modorra, fazer surgir enfim alguma coisa que nos alimente a esperança, móvel da revolução e fonte de toda a vida» (ver nesta colecção da Biblioteca Breve o nosso trabalho — vol. 17, *Esboço histórico das Ciências Sociais em Portugal*, p. 87).

Por sua vez, Cortesão, que em 1912 lançava as bases de um novo método para a interpretação da história de Portugal ao sublinhar, como já vimos, o papel do povo, das massas, como motor da história, começou neste mesmo ano a dirigir uma segunda revista da Renascença, intitulada *A Vida Portuguesa* (Porto, 1912-1914), «um quinzenário de intuitos práticos e sociais onde se estampam artigos de crítica, de educação e de economia», como salienta Sérgio em contraposição à outra revista *A Águia* (Porto, 1910-1927), «órgão principalmente de poetas» (*O Problema da Cultura*, p. 13).

De resto, é a Jaime Cortesão que Sérgio dedica, singela mas significativamente, a edição da sua conferência.

⁴⁵ *O Problema da Cultura*, pp. 13-14.

⁴⁶ Conforme se vê pela nota 2 (pp. 47-52), Sérgio reforça as suas afirmações com o apoio de autores espanhóis, especialmente dos séculos XVI e XVII, nomeadamente: Sancho de Moncada (*Restauración política de España*, 1619), Alvarez Osorio e Redin (*Memoriales*), Luís Mexia (*Apologo de la sociedad y el trabajo*, 1546), Pedro de Valencia (*Discurso contra la ociosidad*, 1608), Pedro de Guzman (*Bienes del honesto trabajo y danos de la ociosidad*, 1614), Jeronimo Ardid (*Restauo de la agricultura y destierro del ocio.*), Quevedo, Diego José Dormer (*Discursos histórico-políticos*, 1548), Gonzalez de Cellorigo (*Memoriales*), Fray Juan de Castro, Francisco Martinez de la Mata (*Memoriales*, 1656), Fray Benito de la Soledad (*Manifestos*, 1694).

⁴⁷ *O Problema da Cultura*, pp. 9-10.

⁴⁸ *Idem*, p. 37.

⁴⁹ *Idem*, p. 40.

⁵⁰ *Idem*, p. 26.

⁵¹ *Idem*, p. 14.

⁵² *Idem*, pp. 14-15.

⁵³ *Idem*, p. 15.

⁵⁴ Lembremos que em 1914 se iniciou a guerra imperialista europeia na qual Portugal ia envolver-se, e que Jaime Cortesão, como outros grandes amigos de Sérgio, mas não ele, se empenharam na intervenção portuguesa.

⁵⁵ *O Problema da Cultura*, p. 17.

⁵⁶ *Idem*, p. 18.

⁵⁷ *Idem*, p. 20.

⁵⁸ Idem, p. 17.

⁵⁹ Idem, p. 23.

⁶⁰ Idem, p. 19.

⁶¹ Idem, p. 24.

⁶² Idem, p. 25.

⁶³ Idem, p. 28.

⁶⁴ Idem, p. 26. Em nota, Sérgio acrescenta a ideia de que o judeu foi a vítima, na metrópole, do parasitismo nacional: «O povo esperava a sua melhoria económica, não do trabalho, mas da acção inquisitorial, tornada uma espécie de lotaria» (p. 52).

⁶⁵ Idem, p. 30.

⁶⁶ Idem, p. 31. Para Sérgio, «a implantação das ciências naturais constituiu a parte mais valiosa da reforma da Universidade» empreendida por Pombal (p. 32). Quanto aos «processos puramente políticos, governamentais», afirma que «nenhuma reforma valerá senão a reforma do espírito público, saudavelmente orientado» (p. 30).

⁶⁷ *O Problema da Cultura*, p. 33.

⁶⁸ Idem, p. 35.

⁶⁹ Idem, p. 36.

⁷⁰ Idem, p. 37.

⁷¹ Idem, pp. 42-43.

⁷² Idem, p. 55.

⁷³ *Considerações*, p. 8.

⁷⁴ Idem, p. 54.

⁷⁵ *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, t. IV, parte I, 1815, que Sérgio, aliás, transcreve parcialmente na nota 43 do seu opúsculo, pp. 571-573.

⁷⁶ Artur Castilho, *Manual de Instrução Agrícola na Escola Primária* (compilação e adaptação), Porto, Renascença Portuguesa, 1916 (201 p.). António Sérgio,

Considerações histórico-pedagógicas antepostas a um Manual de Instrução Agrícola na Escola Primária (separata), Porto, edição da Renascença Portuguesa (1915), (73 p., sendo 55 de texto, e as restantes de notas). É a esta edição que se reportam as nossas citações. Segundo o bibliógrafo sergiano A. Campos Matos (*Bibliografia de António Sérgio*, separata de Vértice, Coimbra, 1971, p. 9), há ainda uma 2.^a edição desta separata: Porto, Renascença Portuguesa (61 p.).

⁷⁷ Legenda de Antero de Quental, uma das que António Sérgio antepõe ao seu texto de *Considerações histórico-pedagógicas*. Outras são de Álvares da Silva e Alexandre Herculano, e ambas se referem à proliferação secular na sociedade portuguesa do ocioso, do madraço e do mendigo.

⁷⁸ *Considerações*, p. 45.

⁷⁹ Idem, pp. 42-43, citação de Herculano retirada das suas considerações a propósito *Da Escola Politécnica* (in *Opúsculos*, VIII).

⁸⁰ Idem, p. 46.

⁸¹ Idem, p. 45, citando o relatório do decreto de 17-V-1832.

⁸² Idem, p. 46.

⁸³ Idem, p. 47.

⁸⁴ Ver no nosso trabalho desta colecção (Biblioteca Breve, n.º 17) o capítulo «Pedagogia, antídoto de decadência».

⁸⁵ *Considerações*, p. 9.

⁸⁶ Idem, p. 55. Considerando que «a memória é ainda a única faculdade que se cultiva nas nossas aulas» (p. 52), Sérgio concorda com Léon Poincard na sua crítica ao Instituto de Agronomia de Lisboa e à Escola Agrícola de Coimbra que nada ensinam ao pequeno

agricultor, sendo no entanto «indispensável que o cultivador receba pelo menos os rendimentos de instrução escolar e técnica, à falta do exemplo e direcção do grande proprietário» (p. 54).

⁸⁷ *Considerações*, pp. 51-52.

⁸⁸ *Idem*, p. 9.

⁸⁹ *Idem*, p. 11.

⁹⁰ *Idem*, p. 12.

⁹¹ *Idem*, p. 16.

⁹² *Idem*, p. 18.

⁹³ *Idem*, p. 19.

⁹⁴ *Idem*, p. 20.

⁹⁵ *Idem*, p. 21.

⁹⁶ *Idem*, p. 21. Nesta mesma página encontrámos, à margem do exemplar que fora do Autor, em comentário manuscrito, a seguinte explicitação da sua hipótese e respectivo corolário: «A minha hipótese, pois, é a de que a própria fundação de Portugal se filia no movimento do comércio do Oriente. Portugal, descobrindo o caminho para a Índia, ultimou uma obra que presidira à sua criação.»

⁹⁷ *Considerações*, p. 22.

⁹⁸ *Idem*, p. 23.

⁹⁹ *Idem*, p. 24.

¹⁰⁰ *Idem*, p. 28.

¹⁰¹ *Idem*, p. 29.

¹⁰² *Idem*, p. 33. Já em 1914 Sérgio tinha expresso a mesma ideia, a que aludimos na nota (64).

¹⁰³ *Idem*, p. 34.

¹⁰⁴ *Idem*, p. 35.

¹⁰⁵ *Idem*, p. 37.

¹⁰⁶ *Idem*, p. 36.

¹⁰⁷ *Idem*, p. 38.

¹⁰⁸ Idem, p. 39.

¹⁰⁹ Idem, pp. 41-42.

¹¹⁰ Idem, p. 42.

¹¹¹ Idem, p. 43.

¹¹² Idem, p. 44.

¹¹³ Idem, p. 48.

¹¹⁴ Idem, p. 50 (transcrição do *Portugal Contemporâneo*, de Oliveira Martins).

¹¹⁵ Idem, p. 49 (idem).

¹¹⁶ Idem, p. 50 (idem).

¹¹⁷ Idem, p. 52.

¹¹⁸ Idem, p. 51.

¹¹⁹ Idem, p. 50. Noutra passagem, Sérgio complementa esta posição crítica preconizando como devia ser exercido o magistério e qual o carácter do ensino: «A função do professor é ajudar e dirigir, suscitar o interesse, sugerir problemas: nunca deverá contentar-se com transmitir pela palavra os resultados conhecidos, mas ensinar pela acção e pelo manejo da realidade. Há-de o estudo por isso mesmo ganhar feição regionalista, integrar-se nas actividades económicas locais, pedindo à colaboração com as indústrias o ponto de partida e a base concreta» (p. 53).

¹²⁰ *Bosquejo da História de Portugal*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923, pp. 59-60.

Recordamo-nos ainda de como, por volta de 1930, uma obscura professora primária e um modesto sargento, seu marido, entusiasta da história, acautelavam com extremo sigilo e liam com sofreguidão passagens desse opúsculo, já nessa altura a circular clandestinamente em substituição da proibida e inacessível *História de Portugal* do mesmo Autor, então exilado, publicada em Barcelona em 1929. Era o início

de uma longa noite obscurantista. Devido à raridade, demos há pouco algumas centenas de escudos por um exemplar desse opúsculo de 60 páginas, cujo texto, entretanto, ainda não foi reeditado.

¹²¹ *Bosquejo*, p. 8.

¹²² Idem, p. 9.

¹²³ Idem, p. 11.

¹²⁴ Idem, p. 12.

¹²⁵ Idem, p. 13.

¹²⁶ Idem, p. 14.

¹²⁷ Idem, p. 17.

¹²⁸ Idem, p. 20.

¹²⁹ Idem, p. 23.

¹³⁰ Idem, p. 24.

¹³¹ Idem, p. 25.

¹³² Idem, p. 26.

¹³³ Idem, p. 27.

¹³⁴ Idem, p. 28.

¹³⁵ Idem, p. 30.

¹³⁶ Idem, pp. 30-31.

¹³⁷ Idem, p. 33.

¹³⁸ Idem, p. 35.

¹³⁹ Idem, p. 34.

¹⁴⁰ Idem, p. 36.

¹⁴¹ Idem, p. 37.

¹⁴² Idem, p. 38.

¹⁴³ Idem, p. 40.

¹⁴⁴ Idem, p. 41.

¹⁴⁵ Idem, p. 44.

¹⁴⁶ Idem, pp. 45-46.

¹⁴⁷ Idem, p. 46.

¹⁴⁸ Idem, p. 48.

¹⁴⁹ Idem, p. 49.

- ¹⁵⁰ Idem, pp. 55-56.
- ¹⁵¹ Idem, p. 57.
- ¹⁵² Idem, p. 58.
- ¹⁵³ Idem, p. 60.
- ¹⁵⁴ *Ensaio*s, t. I, p. 37.
- ¹⁵⁵ *Programa da Revista «Pela Grei»*, p. 7.
- ¹⁵⁶ Idem, p. 8.
- ¹⁵⁷ Idem, p. 9. A visão apocalíptica, sugerida pelas deturpações das agências noticiosas, transparece noutra passagem do *Programa*: «Entre os elementos dessa realidade, leitor, figura como perspectiva o assalto, a anarquia, o estupro, o incêndio, o roubo, a bacanal da plebe desenfreada (e desenfreada, o que pior é, com razões para isso). Já tiveste uma ligeira amostra desse quadro» (p. 4).
- ¹⁵⁸ «...revolução construtiva que me propus inculcar desde os fins do ano de 1910» (in «Prefácio» à 2.^a edição — 1957, dos *Ensaio*s, t. II, p. 7).
- ¹⁵⁹ «A Nação, que vivera até aí das riquezas coloniais, não podia entrar seguramente numa vida nova de trabalho sem um intenso, metódico esforço de educação, que o arrancasse ao hábito de esmolar do Estado, o qual por sua vez se alimentava do Brasil» (*Programa*, p. 5).
- ¹⁶⁰ *Programa*, pp. 6-7.
- ¹⁶¹ Idem, p. 7. Confirmava mais tarde o objectivo planificador da revista, ao considerá-la «destinada à feitura de um plano concreto de reformas económico-sociais coordenadas» (*Ensaio*s, t. I, p. 82).
- ¹⁶² Idem, p. 10.
- ¹⁶³ *Ensaio*s, t. I, p. 83 (em nota).
- ¹⁶⁴ *Antologia dos Economistas*, p. 251.

¹⁶⁵ No seio do Grupo da Biblioteca surgiram efectivamente as seguintes iniciativas de algum modo concretizadas:

— Os «Anais das Bibliotecas e Arquivos» (1920-1923).

— O lançamento, em 1921, da revista *Seara Nova* com o objectivo expresso de: «Renovar a mentalidade da *élite* portuguesa, tornando-a capaz de um verdadeiro movimento de salvação; criar uma opinião pública nacional que exija e apoie as reformas necessárias; defender os interesses supremos da Nação, opondo-se ao espírito de rapina das oligarquias dominantes e ao egoísmo dos grupos, classes e partidos; protestar contra todos os movimentos revolucionários, e todavia defender e definir a grande causa da verdadeira Revolução; contribuir para formar, acima das Pátrias, a união de todas as Pátrias — uma consciência internacional bastante forte para não permitir novas lutas fratricidas.»

— O projecto de uma União Cívica com a publicação de dois números da revista *Homens Livres* (1923) cujo texto integral acaba de ser reeditado por João Medina, *O Pelicano e a Seara*, edições António Ramos, Lisboa, 1979.

— A participação, ainda que não desejada, no governo de intenções reformadoras de Álvaro de Castro (Dezembro de 1923 a Fevereiro de 1924), passagem fugaz nas esferas do poder político, como foi a de Oliveira Martins em 1892, agora com Sérgio na pasta da Instrução Pública, Mário de Azevedo Gomes na da Agricultura e Ribeiro de Carvalho (indicado pelos «seareiros») na da Guerra.

— A publicação dos artigos políticos, económicos, filosóficos, históricos e críticos de Oliveira Martins (do

tempo da *Vida Nova*), com selecção, prefácio e notas de A. Sérgio (*Dispersos*, 2 vols., Lisboa, Biblioteca Nacional, 1923-1924).

— O aparecimento em 1924 do 1.º volume do *Guia de Portugal*, de Raul Proença, tendo como introdução o *Bosquejo histórico*, de A. Sérgio.

— O lançamento, com Carolina Michaëlis de Vasconcelos a dirigir e Sérgio como crítico literário, da *Lusitânia* (Lisboa, 1924-1927), apresentada como «revista de estudos portugueses».

— A União Intelectual Portuguesa, incluindo escritores e artistas de todas as cores políticas, que em 1926 promoveu, no salão do Teatro de São Carlos, uma série de conferências, entre elas a de Sérgio, em Maio, «O clássico na educação e o problema do latim» (in *Ensaíos*, II), interrompida por tumultos e berreiro integralista.

— E, enfim, outras expressões muito concretas de intervencionismo político no momento crucial da implantação da Ditadura pelo golpe militar de 28 de Maio, como foram uma campanha antifascista em Março de 1926, e a tentativa de restauração da normalidade democrática que conduziu à revolta militar de Fevereiro de 1927. Foi em resultado do insucesso desta revolta que partiram para o exílio, entre outros, Jaime Cortesão, Raul Proença, Sarmiento Pimentel, Aquilino, no que foram precedidos de Sérgio no mês anterior, devido também à sua acção política ligada a uma campanha contra as negociações de um empréstimo estrangeiro que redundava em ajuda à Ditadura.

¹⁶⁶ *Ensaíos*, t. I, p. 51. Como ministro da Instrução, Sérgio criou a Junta de Orientação de Estudos (decreto

n.º 9332, de 29-XII-1923), germe legal do futuro Instituto de Alta Cultura, hoje desdobrado em Instituto Nacional de Investigação Científica e Instituto de Cultura Portuguesa; o Instituto Português para o Estudo do Cancro (decreto n.º 9333, de 29-XII-1923), futuro Instituto Português de Oncologia; difundiu *Instruções sobre jogos de leitura* (portaria n.º 3891, de 2-II-1924); e promoveu a publicação de um *Boletim Pedagógico*, cujo primeiro (e único) número saiu também em 2 de Fevereiro.

Antes de entrar para o Ministério, tinham sido anunciadas, em Maio de 1923, as bases para a reforma da instrução pública propostas pelo ministro João Camoesas, que seria a «mais ousada e progressista da República» (Gomes Bento, *O Movimento Sindical dos Professores*, Lisboa, Editorial Caminho, 1978, p. 109). Ver Rogério Fernandes, *Dois cartas inéditas de António Sérgio para Afonso Lopes Vieira* in «Colóquio/Letras» n.º 46, Lisboa, Novembro de 1978.

¹⁶⁷ *Ensaio*, t. VIII, p. 147.

¹⁶⁸ As precisões de carácter económico que Miriam Halpern Pereira agrega ao tratamento deste tema em documentado estudo («Decadência» ou subdesenvolvimento: uma reinterpretação das suas origens no caso português, in *Análise Social*, Lisboa, 1978, pp. 7-20), não invalidam, quanto a nós, antes confirmam, as lúcidas interpretações de António Sérgio, a quem se ficou a dever, não sendo um historiador e muito menos um historiador económico, a perspectivação de fecundas hipóteses. Ele, de resto, sempre reconheceu o «mérito desses doutos que vêm hoje continuar-me, ou completar-me, ou corrigir-me» (*Ensaio*, t. I, pp. 45-46).

¹⁶⁹ *Antologia*, p. 24.

¹⁷⁰ Idem, p. 25.

¹⁷¹ Idem, p. 9.

¹⁷² Idem, p. 6.

¹⁷³ Idem, p. 152.

¹⁷⁴ Idem, pp. 18-19.

¹⁷⁵ Idem, p. 24. Tomada à letra, esta afirmação de Sérgio não é historicamente correcta. Depois de Mouzinho houve reformas técnicas de cultura agrícola, e reformas jurídicas, mesmo concernentes à propriedade, como foi a liquidação dos vínculos ou sistema do morgadio em 1863. A frase deve ser entendida no contexto dos projectos de reforma agrária que se esboçavam por aquela altura e que tinham a ver com a tentativa de eliminação dos latifúndios alentejanos.

¹⁷⁶ Os diplomas e projectos referidos previam, no essencial, as seguintes medidas reformadoras:

1917 — Decreto (27-XI) de Mobilização Agrícola, de Lima Basto, ministro do Trabalho: com vista a promover o aumento da cultura dos produtos alimentares de primeira necessidade, encorajava a associação de agricultores para cultivarem terrenos baldios assim como terrenos de alqueive incultos e de pousio pertencentes a particulares, sendo estes arrendados ou requisitados pelo Estado quando os seus proprietários não os cultivassem. Apesar das circunstâncias excepcionais que justificavam estas medidas — 1917 foi um ano de fome e de assaltos a estabelecimentos e armazéns de subsistências — a grande burguesia agrária reagiu prontamente apoiando o golpe de Estado que Sidónio Pais desencadeou uma semana depois, a 5 de Dezembro.

1920 — Decreto (16-X) do governo de António Granjo: institui o Casal de Família, que o Estado e

corpos administrativos deviam criar sobre os baldios e terrenos incultos que lhes pertencessem.

1922 — Projecto de lei apresentado (24-IV) por Sá Viana e Santos Garcia sobre a colonização e parcelamento da propriedade: previa, com muitos condicionalismos limitativos, o parcelamento de terrenos com mais de mil hectares adaptáveis à cultura cerealífera ou à arborização.

1922 — Projecto de lei apresentado (12-VIII) por Américo Olavo para aproveitamento, com expropriação por utilidade pública, de baldios incultos e terrenos que permanecessem periodicamente de pousio por mais de dois anos consecutivos.

1924 — Projectos de lei publicados por Ezequiel de Campos no jornal *A Pátria*. Um, destinava-se a obras de rega em Trás-os-Montes, Centro e Sul, e previa a expropriação, por utilidade pública urgente e pelo preço da matriz predial de 1914, das terras necessárias àquelas obras, as quais seriam depois divididas em lotes por famílias de cultivadores. Outro, destinava-se à povoação e aproveitamento dos terrenos pousios, por meio de expropriações nas mesmas condições nos concelhos de baixa densidade para serem igualmente divididos em lotes por famílias de cultivadores.

¹⁷⁷ *Ensaio*, t. II, p. 67.

¹⁷⁸ *Idem*, p. 68.

¹⁷⁹ *Idem*, p. 69.

¹⁸⁰ *Idem*, p. 71.

¹⁸¹ *Idem*, pp. 70-71.

¹⁸² «Ainda a política do Transporte e a política de Fixação», Paris, 1929 (in *Ensaio*, t. III, p. 191).

¹⁸³ *Ensaio*, t. II, p. 88.

¹⁸⁴ *Idem*, p. 72.

¹⁸⁵ Idem, p. 86.

¹⁸⁶ Idem, p. 89.

¹⁸⁷ Idem, p. 90.

¹⁸⁸ *História de Portugal*, Barcelona, Editorial Labor S. A., 1929 (190 págs. — XVI ilustradas). Pela mesma altura terão sido publicadas traduções em inglês e alemão do seu *Bosquejo de História de Portugal*, de 1923. Na *Bibliografia de António Sérgio*, A. Campos e Matos refere *A sketch of the History of Portugal*, Lisboa, Seara Nova, 1928, ilustrado (204 págs.).

¹⁸⁹ A Liga de Defesa da República nasceu na Galiza, entre os exilados que aí se encontravam, logo após o fracasso da revolta de Fevereiro de 1927. Durou até 1931 ou 1932, mas o período mais activo foi em 1927-1928, com iniciativas junto de bancos estrangeiros e da Sociedade das Nações para impedir a realização de um empréstimo externo à Ditadura. Sérgio assinou em Paris vários manifestos com os restantes membros da Junta Directiva (Afonso Costa, Álvaro de Castro, José Domingues dos Santos e Jaime Cortesão), além de outros documentos da sua exclusiva responsabilidade, no segundo semestre de 1927, como uma *Carta Aberta a Alguns dos Oficiais Republicanos que não estiveram com a Revolução e Para preparação do Após Ditadura, O Cidadão e os Partidos* (compilados in *A Liga de Paris e a Ditadura Militar*, 1927-1928, Lisboa, P. E. A., 1976).

¹⁹⁰ *História de Portugal*, Barcelona, p. 10.

¹⁹¹ Idem, Lisboa, p. 145. (Na edição espanhola, p. 183.)

¹⁹² *Ensaio*, t. VIII, p. 3.

¹⁹³ Idem, p. 4.

¹⁹⁴ *Em torno da designação de «Monarquia Agrária» dada à Primeira Época da nossa História*, Lisboa, Livraria Portugália, 1941 (69 págs.).

¹⁹⁵ *Idem*, p. 5.

¹⁹⁶ *Idem*, p. 51. «Veja-se que quantidade de *opérations préalables* — de teorias, de invenções, de interpretações, de hipóteses — exige o aproveitamento de um testemunho histórico, para se obter aquilo que alguns eruditos — ou pseudo-eruditos — imaginam ser dado absolutamente dado, apreensão imediata de uma realidade absoluta, fusão directíssima da alma e da coisa, sem nenhuma espécie de construção mental! Depois da crítica do documento histórico (já de si tão complexa) é necessária a do homem de onde ele provém; mas não se creia que a confiança que nos merece um homem pelo que respeita aos testemunhos que nos ele ministra pode ser uma confiança de carácter *geral*, não», etc. (pp. 28-29).

¹⁹⁷ *Idem*, p. 31.

¹⁹⁸ *Idem*, p. 38.

¹⁹⁹ *Idem*, p. 66.

²⁰⁰ *Ensaio*s, t. IV, p. 3. Ou, no t. VIII: «Arrojado e malfadado volume que deveria iniciar um tentame ou ensaio de uma história sociológica do País» (p. 118).

²⁰¹ *Ensaio*s, t. VIII, p. 3.

²⁰² Alberto Sampaio, sobretudo *As Vilas do Norte de Portugal*, 1899, e os estudos sobre o Minho rural e industrial, sob o título *A Propriedade e Cultura do Minho*, reunidos na edição póstuma *Estudos Históricos e Económicos*, 2 volumes, Porto, Lello & Irmão, Limitada, 1923.

²⁰³ *Ensaio*s, t. IV, p. 266.

²⁰⁴ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, edição prefaciada por António Sérgio, vol. I, Porto, Livraria Civilização, 1945. O prefácio aparece reproduzido nos *Ensaio*s, t. VI (1946) com o título *Sobre a Revolução de 1383-85*.

²⁰⁵ A. Sérgio, *Considerações histórico-pedagógicas*, p. 29, reportando-se à *Memória sobre a População e a Agricultura*, de Rebelo da Silva (Lisboa, 1868).

²⁰⁶ Idem, p. 67.

²⁰⁷ Idem, p. 69.

²⁰⁸ *Ensaio*s, t. I, p. 255. Sobre Oliveira Martins, Sérgio tem três estudos que, embora incidindo especialmente sobre assuntos de política económica e social, também o abrangem na crítica historiográfica: prefácios aos *Dispersos de Oliveira Martins*, 2 vols., Lisboa, Biblioteca Nacional, 1923-1924 (in *Ensaio*s, t. V); *Glosas sobre o miguelismo de Oliveira Martins no «Portugal Contemporâneo»* (idem); *Nota preambular à «Teoria do Socialismo»*, de Oliveira Martins, Lisboa, Guimarães & C.^a, 1952 (in *Ensaio*s, t. VIII); e *Sobre o Socialismo de Oliveira Martins, introdução à sua obra intitulada «Portugal e o Socialismo»*, Lisboa, Guimarães & C.^a, 1953 (idem).

Desde 1915 que Sérgio havia tomado posição crítica relativamente a Martins, «...admirável artista que procurava na história pretexto para quadros pitorescos e romanescos, em páginas tão lustrosas de expressão como fragilíssimas de doutrina» (*Considerações histórico-pedagógicas*, p. 39).

²⁰⁹ *Ensaio*s, t. I, p. 267.

²¹⁰ Idem, pp. 269-270.

²¹¹ *Ensaio*s, t. IV, p. 193.

²¹² Idem, pp. 196-197.

²¹³ Idem, p. 202.

- ²¹⁴ Idem, p. 204.
²¹⁵ Idem, p. 207.
²¹⁶ Idem, p. 224.
²¹⁷ Idem, p. 223.
²¹⁸ *Ensaíos*, t. VI, p. 124.
²¹⁹ Idem, p. 125.
²²⁰ Idem, p. 141.
²²¹ Idem, p. 143.
²²² *Ensaíos*, t. VI, p. 148.
²²³ *Ensaíos*, t. VIII, p. 164.
²²⁴ Idem, p. 81.
²²⁵ Idem, p. 80.
²²⁶ Idem, p. 82.
²²⁷ Idem, p. 154.
²²⁸ Idem, p. 155.
²²⁹ Idem, p. 160.
²³⁰ Idem, p. 165.
²³¹ «Reino cadaveroso», expressão do «estrangeirado» Ribeiro Sanches (1777), que Sérgio utilizou para título da conferência proferida em Coimbra, em 1926, «O Reino Cadaveroso ou o Problema da Cultura em Portugal» (in *Ensaíos*, t. II).

CRONOLOGIA
DAS OBRAS HISTORIOGRÁFICAS
DE ANTÓNIO SÉRGIO

- 1914 — O PROBLEMA DA CULTURA E O ISOLAMENTO DOS POVOS PENINSULARES, datado do Rio de Janeiro, Julho de 1913. Porto, edição da Renascença Portuguesa (67 págs.).
- 1915 — CONSIDERAÇÕES HISTÓRICO-PEDAGÓGICAS. Antepostas a um *Manual de Instrução Agrícola na Escola Primária*. Porto, edição da Renascença Portuguesa (73 págs.).
- 1920 — A CONQUISTA DE CEUTA, datado do Rio, Dezembro de 1919 (in *Ensaio*, t. I).
- 1923 — BOSQUEJO DA HISTÓRIA DE PORTUGAL, Lisboa, Publicações da Biblioteca Nacional (60 págs.).
- 1924 — ANTOLOGIA DOS ECONOMISTAS PORTUGUESES (SÉCULO XVII), Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1975 (266 págs.). Edição primitiva: Lisboa, Publicações da Biblioteca Nacional, 1924 (392 págs.).

- 1925 — AS DUAS POLÍTICAS NACIONAIS, conferência pronunciada em Lisboa em Janeiro de 1925 (in *Ensaio*s, t. II).
- 1925 e 1932 — REPERCUSSÕES DUMA HIPÓTESE: CEUTA, AS NAVEGAÇÕES E A GÉNESE DE PORTUGAL (in *Ensaio*s, t. IV).
- 1929 — HISTÓRIA DE PORTUGAL, Barcelona, Editorial Labor, S. A. (190 págs. — XVI ilustradas). 1.^a edição portuguesa, em 1972: BREVE INTERPRETAÇÃO DA HISTÓRIA DE PORTUGAL, *Obras Completas*, Livraria Sá da Costa Editora, 1972 (X-164 págs.).
- 1929 — Traduções em inglês e alemão do BOSQUEJO de 1923.
- 1929 — AINDA A POLÍTICA DO TRANSPORTE E A POLÍTICA DA FIXAÇÃO (in *Ensaio*s, t. III).
- 1941 — EM TORNO DA DESIGNAÇÃO DE MONARQUIA AGRÁRIA DADA À PRIMEIRA ÉPOCA DA NOSSA HISTÓRIA, Lisboa, Livraria Portugália, 1941 (69 págs.).
- 1941 — HISTÓRIA DE PORTUGAL, I — INTRODUÇÃO GEOGRÁFICA, apreendida e reeditada postumamente com o título INTRODUÇÃO GEOGRÁFICO-SOCIOLÓGICA À HISTÓRIA DE PORTUGAL, *Obras Completas*, Livraria Sá da Costa Editora, 1.^a e 2.^a edições, 1974, (XI-271 págs.).
- 1941-1944 — DESPRETENSIVOS INFORMES SOBRE LUSITANOS E ROMANOS DESTINADOS A UM COMPÊNDIO POPULAR DE HISTÓRIA DE PORTUGAL, (in *Ensaio*s, t. VIII).

- 1941-1944 — LAUDAS ESCRITAS PARA O SEGUNDO VOLUME DA «HISTÓRIA DE PORTUGAL» (in *Ensaio*s, t. IV).
- 1945 — PREFÁCIO à «CRÓNICA DE D. JOÃO I», DE FERNÃO LOPES, vol. I, Porto, Livraria Civilização Editora, 1945 (XL-455 págs.). (In *Ensaio*s, t. VI, com o título «Sobre a Revolução de 1383-1385»).
- 1956 — PREFÁCIO à «HISTÓRIA TRÁGICO-MARÍTIMA», 3 vols., Lisboa, Editorial Sul, Limitada, 1956-1957. (In *Ensaio*s, t. VIII, com o título «Em torno da “História Trágico-Marítima” (informes para leitores nada eruditos, mas amadores das relações e visões globais dos acontecimentos)»).

N. — *As citações no texto deste volume reportam-se às edições aqui referidas ou às primeiras edições dos volumes das Obras Completas, quando nelas já se encontrem incluídas.*